

DOCUMENTO DE TRABALHO Nº 3

ABRIL 1996

**Evolução da agricultura moçambicana
no período pós-independência**

*João Mosca**

* Bolseiro de pós-doutoramento no Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural - ISA nos anos 1995/96 e 1996/97.

Publicado no âmbito das actividades do Centro de Economia
Agrária e Sociologia Rural, financiado pela FCT e pelo
programa PRAXIS XXI.

Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural

Instituto Superior de Agronomia

Tapada da Ajuda

1349 – 017 LISBOA

Telefone: 351. – 213653100 -213653472

Fax: 351. 21362 07 43

E-mail:tleitao@isa.utl.pt

**Coordenação da edição, concepção gráfica e
organização do texto: *Ana Maria Moreira da Silva* e
Maria Teresa Lopes Leitão.**

Impressão e encadernação: Gonçalo Pedro Fernandes

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	5
1. CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA EXISTENTE NO PERÍODO DA PRÉ-INDEPENDÊNCIA.....	5
1.1. Resumo histórico.....	5
1.2. A estrutura agrária no momento da independência: aspectos mais relevantes.....	11
1.3. Alguns dados da economia moçambicana.....	15
1.4. Um breve enquadramento teórico do modelo colonial da agricultura.....	17
2. O CONTEXTO POLÍTICO DA INDEPENDÊNCIA.....	19
3. PERÍODO 1975-1983: A RADICALIZAÇÃO POLÍTICA REFLECTIDA NA ECONOMIA.....	22
3.1. As primeiras medidas.....	22
3.2. As formas de produção.....	25
a) As empresas públicas.....	25
b) As cooperativas de produção.....	27
c) O sector privado.....	28
d) O sector camponês.....	28
3.3. O período do aparente esplendor e as origens da crise (1977-1981).....	30
a) Alguns dados referentes ao período 1977-1981.....	30
b) Os primeiros sintomas da crise do modelo socialista.....	34
c) A guerra como factor agravante da crise.....	35
d) Os dados da crise.....	36
3.4. O modelo do socialismo periférico: alguns aspectos teóricos sobre a economia.....	38

4. AS PRIMEIRAS REFORMAS E O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL	42
4.1. As primeiras reformas, período 1983-1986.....	42
a) As medidas económicas.....	42
b) Os primeiros resultados.....	43
c) As reformas políticas e a mudança das alianças do poder	43
4.2. O período da aplicação do ajustamento estrutural.....	44
a) As medidas e os objectivos do PRE	44
b) O caso de Moçambique.....	45
5. RESUMO	46
BIBLIOGRAFIA.....	48

NOTA PRÉVIA

O autor procura sintetizar neste trabalho a sua experiência pessoal. Trabalhou no Ministério da Agricultura entre 1976 e 1988, tendo ocupado cargos directivos e técnicos em diferentes órgãos centrais e regionais, tanto na administração como em empresas públicas.

O principal exercício de reflexão sobre a evolução da agricultura em Moçambique foi realizado durante a elaboração da tese de doutoramento que teve como título *“Los Programas de Ajuste Estructural: el caso de la agricultura y de la sociedad rural en Mozambique”*, realizada na Universidade de Córdoba, Espanha.

A estrutura deste trabalho está baseado numa “charla” que teve lugar no Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, em Março de 1996. O rico debate havido contribuiu para o aprofundamento do processo de reflexão cujos principais temas se procurou incorporar neste trabalho.

Actualmente o autor realiza uma investigação de pós-doutoramento financiado por uma bolsa da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT). O Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa e o Departamento de Economía, Sociología y Políticas Agrarias da Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos de Córdoba são as instituições acolhedoras.

Apresento os meus agradecimentos ao Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA e particularmente ao Professor Fernando Oliveira Baptista pela oportunidade de publicação deste trabalho.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a evolução da agricultura moçambicana no período pós- - independência. Pretende-se destacar as transformações que tinham como objectivo aplicar um modelo de construção socialista em Moçambique, ressaltando-se os aspectos fundamentais relacionados com a agricultura e com o meio rural. Destacam-se primeiramente os elementos que influenciaram de forma mais relevante a configuração da estrutura agrária existente no momento da independência e caracterizam-se os rasgos principais desta estrutura. As reformas ao modelo socialista como consequência de uma série de factores, internos e externos, económicos e não económicos, e a aplicação de um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) são referidos na parte final do texto.

Este trabalho está estruturado em cinco secções. Na primeira ressaltam-se os elementos que mais influenciaram a configuração da estrutura agrária existente no momento da independência e apresentam-se as suas características mais importantes. A secção dois apresenta o contexto político regional e internacional do momento da independência. A terceira secção é dedicada à evolução da agricultura no quadro da experiência da transformação socialista de uma economia em desenvolvimento e apresenta algumas das causas que mais contribuíram para a crise global da sociedade, destacando- -se os mais associados com o meio rural. A última secção resume a aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural. Finalmente faz-se uma breve conclusão.

Esta apresentação é fundamentalmente descritiva. Acompanham-se breves apontamentos de enquadramento das políticas e das medidas aplicadas no contexto das teorias e dos debates existentes nas décadas dos 70 e princípios dos anos 80 sobre as experiências de construção socialista nos países em desenvolvimento. Fazem-se igualmente algumas referências teóricas sobre os Programas de Ajustamento Estrutural. Procura-se também enquadrar esta análise no contexto político regional da África Austral e internacional.

1. CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA EXISTENTE NO PERÍODO DA PRÉ-INDEPENDÊNCIA

1.1. Resumo histórico

A configuração da estrutura agrária, assim como do conjunto da estrutura económica e social existente no período da independência, resulta fundamentalmente da combinação de elementos das sociedades locais e da colonização. É por isso importante conhecer estas sociedades e as formas de penetração colonial constituindo estas, um reflexo do estado de desenvolvimento da sociedade metropolitana e da posição de Portugal no balanço de forças internacionais. Ressaltam-se as formas de colonização e a influência de Inglaterra e das colónias inglesas na região.

A colonização efectiva portuguesa em Moçambique começa principalmente a partir de fins do século XIX, depois da Conferência de Berlim. Até então, Moçambique ocupava uma posição subalterna na estratégia colonial portuguesa, desempenhando fundamentalmente um papel de apoio à

navegação das rotas do Oriente e de fornecedor de mão-de-obra escrava, principalmente para o Brasil e Caribe. Até 1752 o território dependia da administração portuguesa na Índia, funcionando como uma delegação de Goa.

Localmente, a presença portuguesa limitava-se a alguns postos costeiros e a uns poucos pontos no interior, principalmente ao longo do vale do rio Zambeze (CEA, 1979b). O comércio do ouro e do marfim constituía o principal objectivo económico entre os princípios do século XVI e os finais do século XVIII (CEA, 1979b). Nas expedições para o interior de Moçambique, os portugueses encontraram a presença dos comerciantes árabes, começando desde logo a disputa pelo comércio e pelas vias de comunicação, o que provocou algumas discordâncias entre as nobrezas portuguesa e a “indiana” (nobres vindos de Portugal), (Mosca, 1989). Muitos autores consideram que a partir dos fins do século XVIII começa o período do circuito da escravatura e iniciam-se as primeiras tentativas de ocupação efectiva portuguesa através da entrega aos “conquistadores” dos chamados “prazos da coroa” no vale do rio Zambeze (Isaacman 1979).

Estes processos prolongaram-se ao longo de décadas e realizaram-se por meio de um complicado jogo de alianças entre os colonizadores e algumas das classes dirigentes locais, aproveitando as disputas existentes entre as diferentes etnias. As disputas territoriais com o colonialismo inglês (veja por exemplo Serra, 1978), que se prolongaram até princípios deste século e a presença de interesses franceses no negócio da escravatura (Capela, 1979), são elementos fundamentais para compreender a colonização portuguesa em Moçambique, aspecto que fica omitido devido aos objectivos pretendidos neste trabalho.

As limitações económicas e humanas e a imperatividade da ocupação efectiva determinada na Conferência de Berlim (1884/1885), obrigaram Portugal a diferentes estratégias (modelos) de colonização. Seguindo as experiências inglesa e francesa, Portugal criou as “Companhias Majestáticas¹.” Cerca de 2/3 do território moçambicano ficou sob administração de diferentes companhias, destacando-se as seguintes: a Companhia de Moçambique no Centro do país (território que corresponde sensivelmente às actuais províncias de Sofala, Manica e Tete); a Companhia da Zambézia no médio e baixo Zambeze e em parte da actual província com o mesmo nome; e, a Companhia do Niassa no Norte, correspondendo aos territórios das actuais províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa (Universidade Eduardo Mondlane, 1988 e Mosca, 1989). O Sul de Moçambique ficou sob administração directa do governo português. Os capitais destas companhias eram maioritariamente não portugueses (principalmente ingleses, alemães e franceses), (por exemplo, para o caso da Companhia de Moçambique, veja Anónimo, 1905).

Esta divisão territorial implicou formas diferentes de colonização conforme os objectivos dos capitais constituintes das companhias que actuavam debaixo de uma importante influência do colonialismo inglês na região. Contemporaneamente, o desenvolvimento da África do Sul e das colónias inglesas do interior (principalmente os que hoje constituem o Zimbábue, a Zâmbia e o Malawi), baseava-se na exploração mineira e na agricultura, cuja exportação exigia vias de comunicação e portos na costa índica. Moçambique possuía a costa marítima mais próxima de muitas das zonas mineiras. Neste sentido, a construção dos portos e dos caminhos de ferro moçambicanos foi

¹ Estas companhias e o Estado português estabeleciam acordos em forma de “Cartas” onde se definiam as responsabilidades de ambas as partes. No caso do acordo com a Companhia de Moçambique, por exemplo, previa-se nomeadamente (Anónimo, 1905): a manutenção da soberania do Estado português relativamente ao regime jurídico; os tratados e convenções estabelecidas com as estruturas da “sociedade tradicional” tinham que ser sancionados pelo governo português; a obrigatoriedade da Companhia em estabelecer uma determinada quantidade de colonos portugueses no território; a organização das forças policiais; a construção de vias de comunicação, etc. As companhias possuíam ainda o domínio de todo o território (excepto dos “prazos da coroa”) e a competência para estabelecer impostos e desenvolver qualquer actividade económica.

realizada com a participação financeira e executiva da África do Sul e das administrações coloniais inglesas (para o caso da linha férrea do Limpopo, veja por exemplo, Trigo de Moraes, 1960). Como contrapartida, Portugal e a África do Sul estabeleceram acordos de cooperação segundo os quais se garantia a possibilidade de recrutamento de mão-de-obra moçambicana para o trabalho mineiro, sendo uma parte dos salários paga ao governo português em ouro, a preços definidos (CEA, 1980a, b).

Deste modo o Sul de Moçambique transformou-se numa reserva de mão-de-obra para as minas África do Sul, cuja emigração representou cerca de 30% a 35% da população activa masculina do Sul da colónia (CEA, 1980a). Por outro lado, a administração directa colonial nesta região originou uma maior afluência de colonos não só para o desempenho das funções relacionadas com a administração pública, como a imigração de colonos que se dedicavam à agricultura e ao comércio. O crescimento da população colona e o surgimento dos primeiros centros urbanos aumentaram as necessidades de abastecimento alimentar com produtos não tradicionalmente produzidos pelos camponeses moçambicanos. Começa a emergir, a partir de meados do século, importantes núcleos de agricultores portugueses localizados principalmente nos vales dos principais rios em redor dos maiores centros urbanos. Estes pequenos e médios agricultores produziam fundamentalmente produtos para o consumo citadino (arroz, hortícolas, frutas e produtos pecuários). A produção pecuária extensiva era realizada em grandes explorações.

A implantação destes colonos foi apoiada de forma directa pela administração colonial, não só para a concessão das terras² como para o recrutamento da mão-de-obra para o trabalho nas explorações agrícolas e na construção (Mosca, 1988), principalmente das vias de comunicação, dos portos, dos caminhos de ferro e na habitação³. Realizaram-se investimentos públicos em regadios e a terra foi distribuída a uma escala média e pequena dentro dos perímetros irrigados. Os colonos eram oriundos principalmente das regiões e do campesinato mais pobre de Portugal Continental e das Ilhas a quem lhes era dado apoio para as viagens, condições de alojamento em Moçambique e crédito para o primeiro ano da actividade agrícola (Lopes, 1968).

A agricultura realizada pelo campesinato do Sul de Moçambique foi fortemente influenciada por estes factores. A emigração para as minas sul-africanas, para a construção civil e para as explorações agrícolas introduziram importantes alterações nos sistemas de produção “tradicionais” (CEA, 1980a,b). Por um lado, a crescente componente salarial nos rendimentos das famílias contribuiu para a melhoria das condições de vida e para a introdução de novas técnicas de produção (principalmente a tracção animal e o arado); por outro lado, a emigração de um membro do agregado familiar, geralmente o chefe de família, alterou substancialmente as relações sociais de produção locais, reduziu a capacidade produtiva com efeitos na dimensão das explorações, além dos aspectos sociais associados a estes fenómenos.

A colonização directa no Sul do país contribuiu para que existisse nesta região (comparativamente com o Centro e Norte de Moçambique), uma maior densidade de serviços públicos, principalmente os relacionados com a saúde e com a educação. A igreja contribuiu de forma

² Para o efeito, era necessário, na maioria dos casos, expropriar as terras aos camponeses moçambicanos e/ou reordenar a implantação territorial das povoações (núcleos residenciais, geralmente com base na família), com o objectivo de libertar as terras.

³ Foi instituído o “regime de trabalho indígena” que obrigava cada moçambicano (homem), ao assalariamento de pelo menos seis meses por ano. Além destes métodos coercivos, o Estado português adoptou outras formas: por exemplo, os impostos deveriam ser pagos obrigatoriamente em moeda, o que impunha a necessidade do assalariamento como forma de obtenção de dinheiro. Sobre este assunto, veja-se por exemplo, Capela (1977).

significativa nas acções educativas e sanitárias que eram realizadas nas “missões religiosas”⁴. De forma gradual, a acessibilidade dos moçambicanos a estes serviços foi aumentando, mesmo que de forma diferenciada relativamente aos colonos.

Por outro lado e principalmente a partir dos fins da década dos 50, uma parte das terras dos colonatos começou a ser ocupada também por agricultores moçambicanos. Estes agricultores eram criteriosamente seleccionados entre as classes dominantes das sociedades locais e entre os moçambicanos “assimilados”, isto é, os que sabiam falar português, que tinham algum grau de escolarização os que, em resumo, tinham assumido alguns aspectos culturais do colonizador (Mosca, 1993). Estes aspectos influenciaram de forma relevante a posterior formação das elites locais e do poder depois da independência, aspecto que será retomado posteriormente neste texto.

A característica dominante da estrutura económica e agrária do Centro de Moçambique era marcada pelas grandes explorações agrícolas constituídas a partir das Companhias Majestáticas e, de forma mais remota, a partir dos “prazos da coroa” (Serra, 1978 e 1980). Estas companhias dedicavam-se principalmente à produção de produtos de exportação, nomeadamente o açúcar, o chá, o sisal, a copra e o algodão. Estas produções eram realizadas com tecnologias intensivas no factor trabalho tendo as companhias definidas as respectivas áreas para o recrutamento de mão-de-obra que era efectuada com o apoio da administração colonial e das “autoridades gentílicas”⁵.

Com o crescimento das necessidades de mão-de-obra nestas plantações e nas minas sul-africanas, o governo colonial, por pressão das companhias do Centro de Moçambique, teve que delimitar as áreas onde era permitido o recrutamento para a África do Sul (CEA, 1980a)⁶. A concorrência no recrutamento da mão-de-obra obrigaria as companhias a pagar salários comparáveis aos praticados nas minas.

Os acordos entre o Governo português e as “Companhias Majestáticas” como forma directamente associada à colonização cessaram as suas funções em momentos diferentes. A última, a Companhia de Moçambique, extinguiu-se nos princípios dos anos 40. Todas as companhias deram origem a empresas com objectivos económicos.

O campesinato do Centro de Moçambique foi, neste processo, transformado num semi-proletariado agrícola (Head, 1980 e Wuyts, 1981). Grande parte do trabalho era temporário e a vinculação à produção agrícola camponesa mantinha-se por meio da família que não emigrava, aspecto que facilitava a prática de salários baixos devido à contribuição desta produção na alimentação dos trabalhadores das plantações. Não obstante, a grande concentração de trabalhadores nas companhias exigia o aprovisionamento de importantes quantidades de produtos alimentares que eram obtidos de diferentes formas: através da produção alimentar nas próprias companhias (principalmente consociando as plantações com a criação extensiva de gado bovino); e, por meio da comercialização dos excedentes da produção camponesa realizada pela rede do comércio rural ou pela própria companhia. No Centro de Moçambique, o campesinato moçambicano é deste modo especializado na produção de produtos básicos, principalmente de milho, transformando-se no maior produtor de produtos alimentares comercializáveis.

⁴ As “missões religiosas” eram geralmente constituídas pela igreja, pelas residências dos missionários (padres e freiras), por uma escola e por um posto de saúde. Em alguns casos, as “missões” possuíam também infraestruturas para a prestação de outros serviços às populações, como por exemplo, moinhos para a farinha de cereais.

⁵ As “autoridades gentílicas” eram geralmente provenientes das elites das comunidades locais. Estas autoridades exerciam determinadas funções da administração, como por exemplo, a colecta de impostos, o controle dos movimentos das populações, a resolução de conflitos locais de pequena importância para o poder, entre outros aspectos. Elas eram, na realidade, extensões do poder colonial.

⁶ Foi delimitado o paralelo 22° Sul. O recrutamento para as minas sul-africanas apenas era autorizado a Sul deste paralelo (CEA, 1980a).

De entre os trabalhadores começou a formar-se uma “aristocracia” operária moçambicana formada pelos operários permanentes que chefiavam as equipas dos trabalhadores temporários, os operadores de máquinas, o pessoal oficial e mais tarde pelos trabalhadores dos escalões subalternos dos serviços administrativos.

A Companhia Majestática que operou no Norte de Moçambique era a que possuía uma menor capacidade económica e a que menos tempo actuou com estas funções. As plantações existentes eram geralmente de menor dimensão, comparativamente com as do Centro de Moçambique, e dedicavam-se principalmente à cultura do algodão e do sisal. A intervenção na “agricultura tradicional” realizou-se basicamente através da introdução do algodão como cultura obrigatória (CEA, 1979a). Considerando as grandes necessidades de mão-de-obra da cultura do algodão, foi introduzida a mandioca, que exige pouco trabalho, como produto alimentar básico com o objectivo de concentrar a força de trabalho familiar na cultura obrigatória (Mosca, 1993).

Para fomentar a cultura do algodão, formaram-se as “companhias concessionárias⁷” que tinham como objectivo fundamental incentivar a produção, comercializar os excedentes da produção camponesa e realizar a primeira transformação industrial para facilitar a exportação do algodão. Estas empresas, juntamente com as instituições públicas comercializadoras de produtos agrícolas, configuraram um dos principais elementos caracterizadores da estrutura dos mercados agrícolas: as situações de monopólio do lado da procura.

A partir da década dos 60 e principalmente depois do início da guerra colonial, o modelo dos colonatos também se desenvolveu na zona Norte de Moçambique. Estimulavam-se os militares portugueses que terminavam as comissões de serviço para continuarem em Moçambique, sendo-lhes concedidas terras e facilidades para o início das actividades. Estes colonatos foram geralmente localizados em zonas com objectivos estratégicos militares que pretendiam, na maioria dos casos, formar “zonas tampão” para dificultar a propagação da guerra (Mosca, 1989).

Nos princípios da década dos 60, um conjunto de factores coincidiram e obrigaram o governo português a introduzir importantes reformas económicas, tanto em Portugal como nas colónias. Para o caso de Moçambique têm importância os aspectos seguintes:

- o início da guerra colonial e as respectivas repercussões na economia;
- como consequência, realizaram-se um conjunto de reformas políticas, tendo como alguns dos efeitos, o aumento da acessibilidade dos cidadãos moçambicanos aos serviços públicos, às instituições e às oportunidades económicas e a suavização dos mecanismos repressivos e discriminatórios do regime colonial;
- a abertura económica e a procura de parceiros estrangeiros para a realização de investimentos estratégicos, sendo o caso de Cabora Bassa o exemplo mais emblemático;
- o aumento rápido da população branca, não só devido à presença militar como a uma intensificação das acções de colonização. Segundo Wuyts (1980), as taxas de crescimento médio anual da população branca entre 1920 e 1960 foram as seguintes: entre 1920 e 1949: 4,5%; entre 1940 e 1950: 5,8%; e, entre 1950 e 1960: 7,3%.

Estes aspectos, juntamente com a aplicação de uma política económica menos restritiva, gerou um período de crescimento rápido da economia depois dos princípios da década dos 60. Os capitais não portugueses, principalmente o sul-africano, investiram no sector industrial e de serviços. A procura de bens de consumo aumentou com o incremento da população branca permitindo o

⁷ Estas companhias designavam-se de “concessionárias” porque era-lhes concedida uma zona na qual desenvolviam as actividades referidas.

crescimento rápido das pequenas e médias explorações agrícolas. As grandes explorações aumentaram a capitalização dos sistemas produtivos (Wuyts, 1980) como consequência das alterações nos sistemas de recrutamento de mão-de-obra e da obrigatoriedade de melhorarem as condições de trabalho⁸.

1.2. A estrutura agrária no momento da independência: aspectos mais relevantes

O sector agrário no período pré-independência possuía dois grandes sectores de produção: o sector camponês, moçambicano e o sector capitalista, constituído maioritariamente por agricultores estrangeiros. Estes sectores possuíam uma estreita funcionalidade entre si e as suas lógicas reprodutivas foram-se adaptando com o desenvolvimento do conjunto da economia, provocando especialmente o aumento da integração da economia camponesa no mercado e o desenvolvimento do capital agrário. Esta funcionalidade concretizava-se nas relações que se estabeleciam entre as diferentes formas de produção, principalmente as seguintes: o assalariamento temporário ou a emigração de um membro da família e os respectivos rendimentos do trabalho; a aquisição de insumos no mercado (sementes melhoradas, adubos, etc); e, a troca entre os excedentes da produção com bens de consumo e instrumentos de trabalho de origem industrial. Estes aspectos tornaram-se em elementos fundamentais dos mecanismos de reprodução da economia camponesa em todo o território.

De forma esquemática, o sector camponês possuía os seguintes rasgos fundamentais:

- pequena dimensão, geralmente com explorações que dificilmente ultrapassavam os 3 hectares e disperso. Por razões diversas, a “empresa familiar” possuía, regra geral, mais que uma parcela;
- a produção alimentar constituía a base dos sistemas produtivos. A complementaridade dos rendimentos, sobretudo devido à necessidade de moeda e da sua crescente integração no mercado, era geralmente proveniente das culturas de rendimento, do trabalho assalariado e de outras actividades no contexto da distribuição social do trabalho no seio da família enquanto unidade económica e social;
- a tecnologia era (e é) baseada na força de trabalho da família, sendo o sistema da “ajuda mútua” praticado nas operações culturais com maior necessidade de trabalho. O nível de consumo de insumos adquiridos no mercado era muito variável segundo as regiões. A utilização de tracção animal realizava-se nas zonas onde existia gado bovino, fundamentalmente no Sul de Moçambique (devido à existência de “mosca do sono” no Centro e Norte do país);
- os rendimentos eram maioritariamente gastos nos meios para a reprodução da economia familiar e no incremento do consumo com o objectivo de melhorar as condições de vida. Os investimentos eram geralmente realizados na habitação e em bens de reserva de valor e de prestígio social.

Em algumas zonas, principalmente as localizadas nas regiões produtoras de produtos de exportação e nos perímetros irrigados, tinha-se iniciado um processo de transformação capitalista de parte do campesinato a quem lhes era distribuída terra e dadas facilidades de crédito, assistência técnica e estatuto social diferenciado, tanto positivamente em relação ao conjunto dos camponeses como negativamente em relação aos colonos portugueses.

⁸ O “regulamento de trabalho indígena” foi abolido. A participação do Estado português no recrutamento de mão de obra deixou de se praticar. As organizações internacionais pressionaram Portugal para introduzir reformas na legislação laboral colonial.

O sector capitalista não era homogéneo. Era possível diferenciar os seguintes tipos de produtores (Wuyts, 1981 e Mosca, 1989):

- as grandes plantações que produziam produtos de exportação;
- as médias e grandes explorações que se dedicavam sobretudo à pecuária extensiva e à produção de alguns produtos industriais, como por exemplo, oleaginosas e tabaco, e cereais como cultura de rotação;
- as pequenas e médias explorações que produziam fundamentalmente para o consumo citadino;
- era também muito frequente a combinação entre as actividades agrícola e comercial, sendo geralmente esta a mais importante.

Segundo Wuyts (1981), a agricultura moçambicana possuía características regionais onde os aspectos dominantes eram os seguintes: O Sul funcionava como “a reserva de mão-de-obra para a indústria mineira sul-africana”; no Centro predominava a “economia de plantações” e, o Norte caracterizava-se pela existência de um “campesinato produtor de mercadorias”. O quadro seguinte demonstra esta classificação.

Quadro 1
Regionalização da agricultura - em %

	Sul	Centro	Norte	Total
Total produção agrícola, da qual	100	100	100	100
Produção de subsistência	49	52	60	45
Produção mercantil, a qual:	51	48	40	55
Excedente dos camponeses	10	9	26	15
Produção das plantações	2	28	2	15
Pequenas e médias explorações	39	11	12	15

Fonte: Wuyts, 1981.

Conforme se pode concluir ao longo desta secção, os diferentes tipos de produtores possuíam uma clara especialização produtiva. O quadro seguinte apresenta esta especialização, considerando as produções mais importantes.

Quadro 2
Importância relativa dos principais produtos agrícolas e da
produção camponesa em %

	% da prod. total	% da prod. camponesa
Culturas predominantes dos camponeses	61	91
Mandioca	18	100
Milho	12	90
Algodão	11	67
Cajú	10	90
Amendoim	5	100
Mapira	5	100
Culturas predominantes das plantações	16,5	8
Cana de açúcar	7	3
Copra	5	21
Chá	3	0
Sisal	1,5	0
Culturas predom. das peq. e médias explorações	10	32
Arroz	6,5	43
Tabaco	2	20
Batata	1,5	0
Sub-total das 13 culturas	87,5	67
Outras culturas	12	89
Produção agrícola total	100	100

Fonte: Wuyts, 1981.

Observa-se a grande importância do sector camponês que em 1970 produzia entre 70% e 75% da produção agrícola e mais de 90% da produção dos produtos alimentares básicos. A ocupação da terra reflectia claramente a estrutura produtiva e os tipos de produtores. O quadro seguinte demonstra a concentração da terra em 1970.

Quadro 3
Ocupação da terra

Dimensão (ha)	Nº explorações	Área (ha)	% do S. capitalista	% do S. camponês	Média (ha)
0-10	1.641.158	2.405.789	0,2	99,8	1,5
% de 0-10	99,3	48,3	-	-	-
10-50	8.729	152.533	-	-	17,5
50-500	1.687	315.979	-	-	187,3
500-2.500	555	592.378	-	-	1067,3
>2.500	219	1.513.769	-	-	6915,2
% de >2.500	0,01	30,4	-	-	-
Total	1.652.348	4.980.448	-	-	3,0

Fonte: Estatísticas Agrícolas, 1970.

A estrutura dos mercados agrícolas variava, principalmente segundo os produtos. Para o caso das culturas exportáveis, a situação predominante era a de monopólio do lado da procura, onde as

empresas concessionárias, ou as grandes plantações, ou as instituições públicas, eram as únicas entidades compradoras, existindo uma divisão territorial que determinava a “área de influência” onde cada empresa possuía o monopólio do mercado. Para os produtos básicos para a alimentação nos centros urbanos (principalmente milho, amendoim e feijões) existiam sistemas mistos: a comercialização através da rede comercial; a compra aos camponeses por meio de instituições públicas (por exemplo o Instituto dos Cereais de Moçambique, o Grémio de Lavoura de Manica, etc) e/ou por empresas privadas (geralmente a indústria moageira). Os produtos frescos (hortícolas e frutas) e os produtos pecuários (excepto a carne bovina) era comercializada, regra geral, pelos próprios produtores nos mercados citadinos. Para os produtos pouco importantes segundo a lógica da economia colonial (ou dos “sectores modernos”) não existia mercado “formal” para a sua comercialização. Os comerciantes não se interessavam pela sua aquisição, a indústria não transformavam estes produtos e não eram “exportáveis”. Não obstante, alguns destes produtos possuíam um grande peso na dieta alimentar da população, como são os casos da mandioca, da bata-doce, da abóbora, entre outros. Estes produtos eram comercializados através dos mercados informais.

A agro-indústria estava pouco desenvolvida. Tal como para o conjunto da indústria transformadora, a agro-indústria ou realizava a primeira transformação para facilitar as exportações (casos do açúcar, algodão, chá, caju, copra, sisal e das madeiras) ou transformava as matérias primas importadas (casos dos cereais, especialmente do trigo, das rações para a alimentação animal, das oleaginosas para a produção do óleo alimentar, da transformação do leite em pó, entre outras), (Mosca, 1989). Nos últimos anos, devido ao aumento do consumo interno, começaram a surgir as primeiras disputas entre os interesses da indústria local e os relacionados com o comércio exterior, principalmente nos sectores de açúcar, algodão e nas oleaginosas, o que reforçou os mecanismos de protecção no quadro da aplicação do modelo de substituição de importações (sobre este aspecto, veja a secção 1.4). Esta disputa era motivada principalmente pelas quotas de exportação e as destinadas à indústria local.

Em 1970, apenas quatro sectores das agro-indústrias, todas elas relacionadas com as exportações (cana de açúcar, algodão, caju e chá), representavam cerca de 75% do valor da produção do sector (Mosca, 1989). As agro-indústrias ou se concentravam nas províncias produtoras do produto primário para a realização da primeira transformação e exportação (principalmente no Centro do país) ou em redor dos centros urbanos quando se tratava de transformar matérias primas importadas e abastecer as cidades.

1.3. Alguns dados da economia moçambicana

Destacam-se cinco macro-elementos que caracterizavam a estrutura económica moçambicana nos princípios da década dos 70:

- o escasso desenvolvimento capitalista e a debilidade em infraestruturas como consequência da colonização tardia e da pequena capacidade da economia portuguesa;
- a dupla subordinação e dependência: a colonial e a regional.
- a relativa integração da economia e das sociedades locais na economia capitalista e no mercado e a permanência de muitas das suas características e valores “tradicionais”;
- a existência de uma economia e de uma sociedade onde o principal elemento diferenciador era a posição relativa ao regime colonial. Este dualismo económico e social possuía uma crescente funcionalidade no contexto da lógica de reprodução do colonialismo;
- baixos rendimentos familiares e pequena acessibilidade aos serviços públicos concentrados nos centros urbanos;
- baixo desenvolvimento cultural (em termos de formação formal) da maioria da população.

Moçambique possuía em 1970 cerca de 8,2 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 97% vivia nas zonas rurais (as zonas sub-urbanas eram estatisticamente consideradas de rurais) e uma densidade de 10,7 habitantes por km². A taxa de analfabetismo era de cerca de 90% e a esperança de vida era de aproximadamente 40-45 anos.

Cerca de 70% da população activa masculina dedicava-se à agricultura. O emprego assalariado distribuía-se da seguinte forma pelos sectores económicos: agricultura 20%, indústria 13%, serviços 43% e trabalho migratório 24% (IV Plano de Fomento). O Produto Interior Bruto (sem considerar o auto-consumo), era formado do seguinte modo por sector económico: agricultura 19%, indústria 23% e serviços 58% (IV Plano de Fomento). Uma estimativa da UNCTAD revelava um rendimento per capita de aproximadamente 225 dolares americanos em 1973.

O sector transformador de “alimentos e bebidas” e os “texteis” representavam em 1973 cerca de 41% e 13% da produção industrial respectivamente (Estatísticas Industriais, 1973). Cerca de 38% do valor da produção era realizada nos sectores directamente relacionados com o sector agrário (Mosca, 1989). A indústria dependia em cerca de 50% de matérias importadas e 60% da produção era destinada ao mercado interno. Aproximadamente 56% do valor da produção industrial era realizada na cidade de Lourenço Marques e 17,3% na cidade da Beira (CEA, 1985).

Os portos e os caminhos de ferro constituíam uma importante fonte de divisas para Moçambique. O tráfego interno representava em 1973 apenas 23,5% do total das mercadorias manuseadas pelos caminhos de ferro moçambicanos (CFM) e somente 10,9% das receitas (CEA, 1985). A Rodésia do Sul e a África do Sul representavam respectivamente 58,1% e 22,3% das receitas dos CFM (CEA, 1985).

O total da balança de pagamentos foi sempre negativa (excepto em 1972), sendo sempre positiva fora da zona do escudo e sempre negativa dentro desta zona, isto é, nas relações com Portugal e com as restantes colónias portuguesas. O quadro seguinte apresenta os dados referentes a esta afirmação.

Evolução da Balança de pagamentos
10⁶ Escudos

Anos	Zona fora do Escudo	Zona do Escudo	Total
1960	+559	-883	-274
1965	+1.240	-1.458	-218
1973	+92	-1.662	-1.570
1971	+598	-1.038	-448
1972	+1.978	-1.072	+172
1973	+75	-292	-217

Fonte: National Planning Commission, 1985.

Portugal e a África do Sul eram os principais parceiros económicos de Moçambique. Portugal representava em 1969 cerca de 41% das exportações e 31% das importações moçambicanas (UN Statistical Office, 1969). A África do Sul contribuía, no mesmo ano, com cerca de 11% e 15% das exportações e importações de Moçambique (UN Statistical Office, 1969). Apenas cinco produtos (cajú, algodão, açúcar, copra e chá) somavam em 1973 cerca de 62% das exportações (National Planning Commission, 1985). Em 1973, aproximadamente 53% das importações eram de “equipamentos e metais” (idem, 1985). Em 1972 os preços médios por tonelada das exportações era de cerca de 50% das importações (Secretaria Provincial de Comércio e Indústria, 1973). Considerando a relação preços médios das exportações / preços médios das importações e o número índice de 100 para 1960, este indicador era de 66% em 1972 (Mosca, 1989), o que revela a rápida deterioração dos termos de troca no comércio externo durante os últimos anos antes da independência.

A partir dos dados referidos nesta secção, é fácil comprovar que a economia moçambicana estava integrada no sistema regional numa situação subalterna como fornecedor de mão-de-obra e como prestadora de serviços, particularmente o transporte internacional de mercadorias de e para os países do interior da África Austral. Os serviços representavam cerca de 43% do PIB em 1970 e o trabalho migratório cerca de 24% do emprego assalariado. Os transportes e os salários dos mineiros representavam em 1973 aproximadamente 30% das receitas em divisas de Moçambique (Centro de Estudos Africanos, 1985). Não menos importante é o facto das receitas da emigração constituírem para as famílias um elemento fundamental dos mecanismos de reprodução das economias familiares e da pequena exploração agrícola do Sul de Moçambique, aspecto mencionado nas secções anteriores.

A economia de Moçambique tinha iniciado, principalmente a partir dos fins da década dos 50, um processo de industrialização e especialização produtiva (Wuyts, 1980 e 1981). Consequentemente, estavam em curso importantes alterações das bases económicas da sociedade moçambicana. Começava a desenvolver-se uma pequena burguesia local a partir das elites da “sociedade tradicional”, principalmente na agricultura, no comércio rural e nos transportes. A classe operária e o semi-proletariado rural, embora com fortes vinculações com o meio rural, estava em crescimento e representavam no princípio da década dos 70, cerca de 250.000 postos de trabalho. A “aristocracia” operária era muito reduzida devido à concorrência com os colonos que gozavam de privilégios. A primeira geração de intelectuais estava em formação e era constituída maioritariamente por filhos das elites aliadas do Estado português que ocupavam posições subalternas no aparelho administrativo colonial. No seio da comunidade colona tinha-se iniciado a formação de uma burguesia com raízes locais e com contradições com a situação colonial. Uma importante parte deste grupo social pretendia uma independência branca à imagem da Rodésia do Sul e da África do Sul.

1.4. Um breve enquadramento teórico do modelo colonial da agricultura

A integração das economias locais na “economia moderna” foi realizada de acordo com as necessidades desta o que dependia fundamentalmente de variáveis exógenas. A introdução das culturas de exportação, o aumento do consumo citadino de produtos não tradicionais nos sistemas de produção agrícola, as culturas obrigatórias, o assalariamento forçado ou imposto pela criação da necessidade de dinheiro, entre outros aspectos, alteraram parcialmente as economias locais no quadro de uma funcionalidade em proveito do sector “moderno” da economia. Porque o desenvolvimento capitalista e colonial foi tardio e débil, muitas das características e das lógicas da sociedade e da economia “tradicional” permanecem nos mecanismos de reprodução das mesmas.

O sistema colonial possuía uma lógica reprodutiva onde o sector agrário e o meio rural assumiam um importante papel. Numa primeira fase, a baixa produtividade dos camponeses permitia a prática de salários e de preços baixos dos alimentos, condição importante para manter o custo de vida nas cidades e para garantir o equilíbrio dos orçamentos públicos que tinham que suportar uma pesada máquina administrativa. Deste modo e até aos fins da década dos 50, a reprodução da economia colonial pressupunha a manutenção do subdesenvolvimento das economias locais e a sua integração no mercado era realizada em função das necessidades da “economia moderna” e foi realizada através de intervenções coercivas (assalariamento forçado, culturas obrigatórias, etc).

Com o desenvolvimento do capitalismo em Portugal e da colonização, principalmente depois da década dos 60, o ritmo da monetarização da economia “tradicional” aumentou, iniciando-se um processo de transformação da sua base pré-capitalista, o que obrigou por seu lado, a uma reestruturação das empresas com a alteração das relações entre os factores capital e trabalho. Nesta fase, o desenvolvimento da economia colonial necessitava da transformação do “sector tradicional”. A produtividade da agricultura deveria subir para satisfazer as necessidades alimentares dos centros urbanos. Para isso, foi principalmente utilizado do incentivo da troca, criando novas necessidades de consumo no seio dos camponeses como forma de aumentar o mercado para os produtos da indústria local emergente e da indústria em Portugal.

O desenvolvimento e as transformações do modelo colonial eram realizadas salvaguardando sempre a centralidade do padrão de acumulação nos “sectores modernos” da economia, cujos agentes económicos eram quase totalmente formado por colonos portugueses. Este pressuposto assumiu em cada fase objectivos distintos: enquanto que na primeira se pretendia maximizar a transferência de recursos para a metrópole, na fase final começava a existir um dilema entre o objectivo anterior com a necessidade de criar uma burguesia dominante branca com raízes locais e a promoção de uma burguesia negra que constituiriam os suportes de um novo modelo de colonização. Este modelo pressupunha a integração económica entre Portugal e as colónias, a formação de uma comunidade multiracial e reformas políticas que conduzissem a crescentes níveis de autonomia de forma a evitar a perda do território. Não obstante a guerra de libertação e os processos de independência tinham atingido uma fase de irreversibilidade.

Estas duas fases e os dois padrões de acumulação possuíam modelos de desenvolvimento diferenciados. Até aos fins da década dos 50 aplicou-se o modelo da promoção das exportações priorizando os sectores associados com o comércio externo, particularmente dos produtos primários com vinculações com os sectores transformadores em Portugal. Neste período as grandes plantações constituíam o eixo da economia em Moçambique. Posteriormente, depois dos fins da década dos 50,

quando os volumes das importações se incrementaram devido fundamentalmente ao aumento da população colona e às necessidades de matérias primas para a indústria transformadora local, aplicou-se o modelo de substituição de importações. Os eixos de interesses alteram-se: os sectores industriais e de serviços assumiam uma importância superior ao das grandes plantações, a integração regional surge como uma necessidade para a preservação dos interesses do regime na região e a abertura económica e a entrada de capitais não portugueses constituía uma das formas de consolidar as alianças brancas contra os processos de independência.

Este processo reforça a configuração de uma economia dependente: consumia-se cada vez mais o que não se produzia e priorizava-se o desenvolvimento dos sectores exportadores. As indústrias estavam associadas às primeiras transformações para facilitar a exportação ou desempenhavam as funções de embalagem e última transformação dos bens importados a granel ou das matérias primas. Aprofunda-se assim papel subalterno na divisão do trabalho regional: além da prestação dos serviços dos portos e transportes e do fornecimento de mão-de-obra barata, Moçambique começava a assumir um importante papel no turismo regional, no fornecimento de energia e, sobretudo, começava a constituir um crescente mercado para o desenvolvimento industrial sul-africano.

2. O CONTEXTO POLÍTICO DA INDEPENDÊNCIA

Depois dos acordos de cessar fogo entre Portugal e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Setembro de 1974, foi nomeado um governo de transição composto principalmente por membros do movimento de libertação. Este governo tinha como objectivo preparar as condições para a proclamação da independência que se concretizou a 25 de Junho de 1975. A independência teve lugar num momento internacional e regional muito particular. A nível internacional, muitos movimentos de libertação nacional ou contra ditaduras alcançavam importantes vitórias através de processos semelhantes em vários pontos do mundo. O capitalismo na Europa atravessava uma das suas maiores crises do pós-guerra. Os países socialistas aparentavam estar num período de esplendor. Na região, a luta de libertação do Zimbabwe e da Namíbia aumentaram de intensidade e incrementou-se a crise interna do apartheid sul-africano.

A FRELIMO surge como um movimento radicalizado ideologicamente devido à natureza da guerra, como consequência das lutas e dos debates internos e por influência dos apoios recebidos dos países socialistas. Depois de finais da década dos 60, o “núcleo duro” do poder era formado por elementos dos escalões superiores do exército de guerrilha e por intelectuais de diferentes origens sociais formados na sua grande maioria em países europeus e influenciados pelos movimentos estudantis e pelos partidos de esquerda da Europa⁹. O discurso político tinha já ultrapassado a reivindicação independentista e nacionalista e apresentava-se com uma tendência de esquerda bastante

⁹ A maioria dos dirigentes militares eram provenientes das etnias do Norte de Moçambique, onde se iniciou a guerra de libertação, eram na sua grande maioria originários das classes dominantes locais e possuíam geralmente uma formação escolar básica e média. A ala “intelectual” ou “política” era maioritariamente constituída por elementos do Sul, negros e não negros. Esta composição origina uma aliança inter-étnica com repercussões a longo prazo. Por outro lado, grande parte dos elementos que de alguma forma e por motivos diversos constituíram a oposição ao movimento de libertação e foram sendo marginalizados da FRELIMO eram originários do Centro do país. Foi nesta zona onde se iniciou a guerra depois da independência e grande parte dos responsáveis da RENAMO são originários das províncias do Centro de Moçambique. Existem muitos outros elementos deste complicado jogo de alianças e de não-alianças que não é desenvolvido neste trabalho mas que é de grande importância para se compreender alguns aspectos do poder em Moçambique.

radical e com elementos populistas derivados da necessidade do apoio das populações para o desenvolvimento da guerra de guerrilhas. A FRELIMO, enquanto organização que tinha derrotado o colonialismo e conseguido a independência nacional, possuía uma grande legitimidade e apoio popular.

Destacam-se alguns dos aspectos que mais influenciaram o período imediatamente depois da independência:

- as burocracias atravessaram um período de transição no qual o novo poder foi implantando com muitas carências em quadros técnicos;
- grande parte dos portugueses, incluindo a nova burguesia colonial com aspirações a uma independência branca, abandonaram o país criando rupturas no tecido económico;
- a conflictividade regional aumentou: a Rodésia do Sul e a África do Sul incentivaram movimentos de guerrilha anti-governamental e a FRELIMO apoiou abertamente os movimentos de libertação da região;
- as relações com Portugal atravessaram um período difícil;
- as relações com a maioria dos principais parceiros económicos entraram em crise e foram substituídas de forma significativa pelos países socialistas;
- a independência criou uma grande expectativa popular o que facilitou a capacidade de mobilização da FRELIMO e a sua estruturação à escala nacional.

Um mês depois da independência realizaram-se as primeiras nacionalizações. A terra foi declarada propriedade do Estado. A educação e a saúde foram nacionalizadas e proibidas actividades privadas nestes sectores. A habitação foi também nacionalizada e o negócio imobiliário ficou reservado para o Estado. As primeiras empresas começaram a ser abandonadas pelos proprietários que saíam do país obrigando o governo a realizar as intervenções¹⁰ e a nomear as “Comissões Administrativas” para gerir as empresas tornadas públicas¹¹. Paralelamente às CA’s, foram criados ao nível das empresas os Conselhos de Produção (embrião dos futuros sindicatos partidários) e as células da FRELIMO (os Grupos Dinamizadores). A delimitação de funções entre estas novas estruturas foram, pelo menos nos primeiros anos, pouco claras¹².

Deste modo, os grupos sociais que esperavam obter benefícios económicos com a independência ficaram rapidamente decepcionados¹³. Os camponeses que esperavam recuperar ou possuir um maior acesso às melhores terras então ocupadas por agricultores estrangeiros foram impedidos de o fazer. Os pequenos e médios agricultores moçambicanos que foram incorporados nas acções de colonização não tiveram acesso às terras dos agricultores que abandonavam o país. As elites emergentes que procuravam substituir os colonos na administração foram na maior parte dos casos marginalizados por serem considerados aliados do colonialismo. As novas pequenas burguesias citadinas que esperavam aumentar as oportunidades económicas viram as suas ambições dificultadas com os processos de nacionalização e com a descrimação política e social da função de empresário privado.

¹⁰ As intervenções eram realizada ou por abandono do país por parte dos proprietários das empresas (ausência superior a 90 dias, conforme a legislação elaborada para o efeito), ou por verificação de “anomalias” de gestão. Estas “anomalias” podiam ser de vários tipos, como por exemplo, uma baixa de produção injustificada, descapitalização das empresas entre outros aspectos. Estes aspectos estavam legislados pelo Decreto-Lei 16/75.

¹¹ As Comissões Administrativas eram geralmente constituídas por um quadro técnico, um elemento “da confiança do partido” e um representante dos trabalhadores. O “elemento da confiança do partido” era na maioria dos casos proveniente dos escalões baixos-médios do exército de guerrilha que, por diferentes razões, positivas e negativas, não foram incorporados no novo exército regular e nos quadros do partido e da administração pública. Estes elementos eram geralmente os Presidentes das Comissões Administrativas.

¹² Alguns destes aspectos estão referidos mais adiante nesta secção.

¹³ Hermel (1990a), faz uma interessante análise sobre estes aspectos.

Em termos sociais experimentaram-se transformações importantes. Além das naturais mudanças produzidas pela independência e a tomada do poder pelo novo governo, as hierarquias da sociedade moçambicana iniciaram também um período de profundas alterações. Todo o aparelho das “autoridades gentílicas” foi abolido administrativamente e considerado como aliado do colonialismo. Os moçambicanos que de alguma forma participaram ou pertenciam às estruturas repressivas coloniais foram apresentados em público e foram-lhes restringidos alguns direitos políticos, como por exemplo, os de poderem ser membros da FRELIMO ou de serem designados para cargos de responsabilidade pública. Os pequenos e médios empresários (geralmente agricultores e comerciantes) eram politicamente marginalizados. O papel das estruturas religiosas foi restringida às funções estritamente religiosas: as escolas e os postos de saúde das missões foram nacionalizadas e transformadas em instituições públicas. Durante os primeiros anos depois da independência, as relações entre o Estado e a Igreja foram difíceis.

As novas alianças da FRELIMO estabeleceram-se principalmente com os seguintes grupos sociais:

- com as novas gerações recém formadas nas escolas médias e superiores e sem compromissos com o regime anterior, que ocuparam os principais cargos directivos e técnicos da administração e das empresas públicas nascidas das intervenções e nacionalizações. A maioria destes novos quadros eram originários da classe média colonial e das elites moçambicanas;
- com os operários por meio de aumentos salariais e pela ocupação dos postos de trabalho que requeriam qualificações técnicas e funções especializadas deixadas pelos portugueses;
- a aliança estendeu-se à maioria dos cidadãos pela maior acessibilidade aos serviços públicos introduzidas pelas nacionalizações.

Os presidentes das CA's das empresas públicas surgem como os representantes do poder económico ao nível local. Na maioria dos casos a nomeação dos novos responsáveis ignorava as diferenças sociais, étnicas e religiosas existentes na sociedade moçambicana. Foram nomeados dirigentes locais provenientes de etnias de outras regiões e muitas vezes com conflitos seculares não resolvidos entre elas. Os primeiros governos a nível nacional possuíam uma grande percentagem de altos cargos ocupados por cidadãos não negros, aspecto que sempre foi motivo de controvérsias nos órgãos superiores do poder. Em resumo, tanto o desmantelamento das instituições coloniais como a implantação do novo poder secundarizou a complexidade e a heterogeneidade das sociedades moçambicanas.

Muitos destes aspectos foram sendo corrigidos ao longo da década dos 80, o que será referido na secção dedicada às reformas políticas e económicas depois de 1983.

Em resumo, o período imediatamente antes e depois da independência é caracterizado por tomadas de posições internas que reflectem o radicalismo ideológico da direcção da FRELIMO provocando o abandono massivo dos estrangeiros e a consequente desarticulação e crise do tecido económico dominado principalmente por portugueses, por uma reestruturação acelerada das hierarquias da sociedade, pelo incremento da conflitividade política e militar regional e por alterações rápidas dos parceiros económicos externos. A legitimidade da FRELIMO enquanto movimento de libertação foi politicamente instrumentalizada no sentido de mobilizar as populações para o apoio às medidas do governo.

Este conjunto de factores (principalmente a conflitividade política e militar regional e o abandono massivo dos agentes económicos) introduziram elementos que constituiriam partes do ciclo de radicalização política da FRELIMO e do governo moçambicano.

3. PERÍODO 1975-1983: A RADICALIZAÇÃO POLÍTICA REFLECTIDA NA ECONOMIA

3.1. As primeiras medidas

A FRELIMO realizou o III Congresso em 1977 e confirmou a opção socialista do desenvolvimento económico e social. O movimento de libertação foi transformado num partido marxista-leninista (FRELIMO, 1977). A estratégia económica definida no Congresso tinha como objectivos principais os seguintes:

- lançar as bases de uma economia socialista;
- satisfazer as necessidades básicas da população;
- edificar uma economia baseada na indústria pesada¹⁴.

Os planos anuais e plurianuais passaram a constituir um documento com força de lei e neles se reflectiam a política económica e os objectivos a curto e médio prazo. Utilizava-se muito a definição genérica do plano como um instrumento de direcção e de controle da economia. O plano concentrou a afectação dos recursos da economia, definia a distribuição da produção, estabelecia os preços e os salários, priorizava os investimentos, entre outros aspectos. As metas e objectivos da produção eram marcados depois de um processo de discussão das propostas e contra-propostas com as empresas, cabendo a decisão final à instituição estatal de tutela.

A FRELIMO pretendia a transformação socialista do meio rural cuja estratégia girava em redor de dois eixos fundamentais: na “vida colectiva” em “aldeias comunais”, que eram consideradas como a “espinha dorsal do desenvolvimento rural” e na colectivização da produção, fundamentalmente nas empresas públicas, consideradas como uma “forma superior de produção e de organização da produção”.

As aldeias comunais

O governo lançou a campanha das aldeias comunais e das explorações colectivas que pretendiam constituir o embrião do sector cooperativo agrícola e da vida comunitária¹⁵. Neste

¹⁴ O III Congresso definiu a agricultura como a base da economia, a indústria ligeira como seu factor dinamizador e a indústria pesada como condição necessária para a obtenção da independência económica. A estratégia da industrialização pesada reflectia no momento uma opção inspirada em alguns países do 3º Mundo que experimentavam vias socialistas de desenvolvimento. Alguns autores considerados de radicais (como por exemplo Oskar Lange, 1970 e Maurice Dobb, 1975), defendiam esta opção económica para os países em desenvolvimento. Estes autores argumentavam que a industrialização pesada era a única via para a independência económica na medida em que permitia a inversão dos termos de troca tradicionalmente desfavoráveis para os países em desenvolvimento no mercado externo. Sugeriam os investimentos públicos na indústria pesada à base de sacrifícios do consumo privado a curto e médio prazo defendendo a tese de que a longo prazo esta opção permitiria níveis superiores de crescimento, comparativamente com as alternativas de priorização da agricultura e/ou da indústria ligeira e/ou dos serviços.

processo, a componente habitacional e de construção progrediu mais rapidamente que o da formação das cooperativas¹⁶. As explorações colectivas, por razões diversas, tiveram resultados muito reduzidos e a formação das cooperativas através deste método teve poucos êxitos.

A mudança dos locais de habitação introduziu alterações importantes nas lógicas dos sistemas de produção das famílias. As árvores de fruto plantadas a pequena distância dos locais de residência deixaram de ter a assistência necessária o que provocou uma redução da produção e comercialização de determinados produtos (alguns dos quais de grande importância para a economia nacional, como por exemplo o caju e a copra), e afectou o rendimento das famílias. A concentração habitacional aumentou a intensidade de utilização dos solos em redor das aldeias e intensificou o corte das matas o que, juntamente com outros factores, produziu impactos ambientais negativos importantes. Em muitos casos, os solos eram redor das aldeias não eram bons, o que contribuiu para a redução do volume de produção e de comercialização de alguns produtos. Não menos importante, a organização do habitat disperso com base nas famílias foi substituído pelas aldeias o que criou mudanças de costumes e hábitos sociais e culturais.

As campanhas de alfabetização, a criação de escolas e de postos de saúde, a abertura de fontes de água, o abastecimento dirigido para as aldeias, entre outras acções do governo, contribuíram para o crescimento do movimento das aldeias comunais durante os primeiros anos. Depois de 3-4 anos, mais de 40% da população rural residia em aldeias, o que revela a massificação e rapidez deste processo.

Enquanto que os recursos e os programas dos sectores produtivos eram afectados e definidos pelo plano, a construção das aldeias e os serviços sociais eram programados e executados de forma descentralizada. Esta descentralização facilitou a participação das comunidades na organização ao nível da base. Segundo Mosca (1993), esta dualidade de métodos (plano produtivo centralizado e serviços descentralizados), pode ser interpretado de diferentes formas:

- que o objectivo principal do governo era a estatização da economia onde deveriam estar concentrados os recursos e que os objectivos de menor importância ficariam sob a responsabilidade dos órgãos locais. Os serviços foram secundarizados na afectação de recursos, recorrendo-se à “iniciativa local” e ao princípio de “contar com as próprias forças” como alternativa para melhorar os serviços. Na realidade, os investimentos de âmbito local representaram em 1978 e 1979 apenas 0,3% do total dos investimentos públicos do mesmo período (CNP; 1985);
- que os dilemas entre a descentralização e a centralização, e entre o autoritarismo e a participação popular, foram sempre elementos do debate interno da FRELIMO iniciados durante a luta de libertação e que assumiram em cada momento diferentes formas de aplicação.

¹⁵ Ao contrário de outras experiências africanas (como por exemplo as Ujamas da Tanzânia), pode-se considerar que em Moçambique os métodos coercivos constituíram excepções e representavam desvios às directivas existentes.

¹⁶ Os órgãos de base do governo e da FRELIMO concentravam a capacidade de mobilização para atingir este objectivo. O discurso mobilizador ressaltava as vantagens da concentração sobre a dispersão nos aspectos da educação, da saúde, do abastecimento de água, da proximidade das redes comerciais, entre outros aspectos. Existiu uma resposta massiva das populações mas a capacidade do Estado satisfazer as expectativas criadas pela mobilização foi muito reduzido. O ritmo da construção das novas aldeias começou a baixar ao fim de 3-4 anos e as dificuldades avolumaram-se.

Estes são alguns dos exemplos que revelam como alguns elementos que representam concepções diferenciadas de organização das sociedades podem coexistir¹⁷. O caso das aldeias comunais e dos serviços por um lado e dos sectores produtivos por outro lado, revelam que o centralismo e a descentralização existiam simultaneamente em Moçambique. O dirigismo imposto pelo plano coexistia com a iniciativa local. O autoritarismo na definição das metas de produção pelo plano existia paralelamente com a discussão e a programação dos serviços ao nível dos órgãos locais do poder.

¹⁷ Georg Sorensen (1991) faz uma interessante análise, a nível macro e micro, sobre a coexistência de elementos de democracia e de autoritarismo em regimes de diferentes tendências políticas e estuda as relações entre estes elementos e o desenvolvimento.

3.2. As formas de produção

a) As empresas públicas

Mais de 80% do sector privado agrário foi abandonado, intervencionado e transformado em empresas públicas. Foram adoptadas três formas de organização destas empresas:

- as grandes empresas de monocultura deram origem a empresas públicas delimitadas fisicamente de forma idêntica (relativamente à anterior situação). São os casos das grandes explorações do açúcar, da copra e do chá;
- as empresas de pequena e média dimensão existentes nos sistemas de regadio e nos colonatos, foram agrupadas e transformadas em grandes empresas públicas, mantendo os mesmos sistemas de produção. As formas de organização e de funcionamento destas empresas foram concebidas à imagem dos sovkolzes soviéticos e dos complexos agro-indústriais de alguns países socialistas da Europa. Foram criadas empresas com mais de 15.000 hectares, algumas das quais designadas como complexos agro-indústriais;
- as empresas dispersas ficaram sob administração das CA's. Para a coordenação e direcção destas empresas foram criados, geralmente a nível provincial, os "Gabinetes de Apoio - GAPPO's. Estas estruturas centralizavam algumas funções de gestão, podendo, em alguns casos, gerir mais de 20 unidades produtivas dispersas (algumas as quais poderiam possuir mais de 500 hectares), num raio muitas vezes superior a 100 km¹⁸.

As principais características comuns destas formas de organização e deste processo de estatização eram as seguintes:

- a permanência dos sistemas de produção herdados, com aumento da intensidade do factor capital, principalmente da mecanização;
- a introdução de uma assistência técnica estrangeira em alguns casos massiva, geralmente proveniente dos países socialistas à luz de acordos de cooperação inter-governamentais;
- as empresas possuíam um financiamento público "leve", tanto para as despesas de campanha como para os investimentos¹⁹;

¹⁸ A natureza institucional dos GAPPO's nunca foi esclarecida. Na realidade eram instituições públicas com funções mistas (empresariais e públicas) e funcionavam como extensões operativas do Estado para a direcção e controle das empresas públicas.

¹⁹ A expressão "financiamento leve", segundo Kornai (1981), significa que os volumes financeiros eram concedidos a taxas de juro baixas ou negativas e que os planos de produção material e os investimentos possuíam, regra geral, financiamento assegurado. Isto é, a moeda não era, para as empresas públicas, um bem escasso. Ela estava automaticamente assegurado com a aprovação do plano material.

- os programas de produção eram estabelecidos (e muitas vezes impostos) pelo plano. Na maioria dos casos as metas de produção eram superiores às capacidades e aos recursos disponíveis. Como consequência, as metas não eram cumpridas por grande parte das empresas (Ministério da Agricultura, vários anos);
- a gestão era geralmente precária não só devido à preparação dos membros das Comissões Administrativas, como devido às dimensões e às formas de organização das empresas;
- muitas das funções de gestão estavam concentradas nos órgãos do aparelho de Estado ou eram pré-definidas pelo plano, nomeadamente as seguintes: o financiamento, tanto o de investimento como o de campanha, a contratação de técnicos estrangeiros e nacionais, a venda da produção e o aprovisionamento de insumos. A autonomia de gestão das CA's era deste modo reduzido e sujeito a permanentes intervenções dos poderes e da burocracia do Estado e, em muitos casos, do partido;
- a gestão e a organização das empresas, principalmente durante os primeiros anos, foram fortemente influenciados pelos métodos militares, onde o autoritarismo e a obediência constituíram elementos básicos nas relações de trabalho²⁰. As anteriores relações patrão-empregado foram substituídas por formas de relacionamento não menos autoritárias;
- os concelhos de produção foram concebidos como estruturas para-partidárias com o objectivo principal de mobilizar os trabalhadores para o melhor cumprimento e organização dos trabalhos. As células do partido assumiam em muitos casos funções de gestão das empresas. O princípio muito referido nos discursos políticos de que “o partido dirige o Estado e a sociedade” era muitas vezes aplicado de forma demagógica, gerando-se conflitos com as CA's.

Existia um “ranking” das empresas públicas, o que se traduzia por diferentes prioridades na afectação dos recursos²¹. As empresas que produziam produtos de exportação e os complexos agro-industriais eram, na sua grande maioria, consideradas mais importantes (do âmbito do conselho de ministros).

As empresas públicas contribuíam em 1985 com cerca de 50% da produção agrícola total comercializada²². As culturas de exportação representavam cerca de 38% da produção destas empresas e as hortícolas e os cereais aproximadamente 23,3% e 19,3% respectivamente.

²⁰ Estes métodos foram fundamentalmente introduzidos pelos membros das CA's provenientes do exército. Num âmbito mais geral, o autoritarismo intrínseco dos partidos radicais e dos partidos-Estados (sociedades com um único partido) reflectia-se também nas empresas públicas.

²¹ Os “âmbitos”, variavam segundo a importância da produção realizada e a dimensão das empresas. A expressão “âmbito” significava o nível da estrutura do aparelho de Estado responsável pela tutela das empresas. Existiam empresas do âmbito do conselho de ministros, dos ministérios, dos governos provinciais e do âmbito local.

²² Não inclui a produção de auto-consumo camponesa.

b) As cooperativas de produção

Algumas empresas abandonadas deram origem à formação de cooperativas de produção, baseadas na propriedade comum da terra e no trabalho colectivo. Muitas das cooperativas foram formadas com expectativas de importantes apoios da administração, o que na maioria dos casos não aconteceu. Na realidade, as cooperativas nunca foram priorizadas na afectação de recursos²³. Politicamente, as cooperativas eram consideradas como uma forma de produção transitória dentro do modelo socialista, pois só as empresas públicas constituíam uma “propriedade de todo o povo” e por isso, uma “forma superior de produção”.

No entanto, destacam-se excepções, principalmente os casos de algumas cooperativas que, recebendo apoios públicos e/ou tendo regadio, conseguiram resultados produtivos e económicos positivos e rendimentos por cooperativista superior aos obtidos nas explorações familiares. Estas cooperativas produziam geralmente produtos de rendimento para o mercado, complementando assim os rendimentos obtidos nas explorações familiares onde se produzia basicamente produtos alimentares. A conjugação dos factores apoio público - regadio - produção de culturas de rendimento - e mercado, introduziram elementos de complementaridade na economia e na exploração familiar que facilitaram o sucesso destas iniciativas.

A passagem rápida da produção familiar para uma escala maior e com formas de gestão de tipo empresarial afectou significativamente os resultados produtivos. As deficiências de gestão e de organização, os resultados económicos negativos e as formas pouco definidas de retribuição dos cooperativistas, constituíram alguns dos elementos que dificultaram o crescimento deste sector. Na realidade, as explorações familiares dos cooperativistas foram sempre priorizadas no que respeita à distribuição do tempo de trabalho e na afectação dos rendimentos das famílias. As cooperativas foram, na maioria dos casos, uma forma de obter uma maior acessibilidade aos possíveis apoios da administração (terra, máquinas, financiamento, afectação de insumos, crédito, etc), podendo estes ser ou não utilizados na exploração familiar.

No conjunto da economia agrária, as cooperativas não ultrapassaram os 2% do valor da produção agrícola (CNP, vários anos). Se não forem consideradas as cooperativas localizadas em regadios e as produtoras de culturas de rendimento (geralmente hortícolas) o peso deste sector na economia agrária seria inferior. As hortícolas representavam em 1985, cerca de 63,2% do valor da produção agrária das cooperativas (CNP, 1989).

c) O sector privado

O sector privado “remanescente” era constituído principalmente pelos seguintes tipos de produtores:

- pelos agricultores estrangeiros que permaneceram no país;

²³ Segundo Mackintosh e Wuyts (1988) apenas 2% dos investimentos públicos realizados no sector agrário entre 1878 e 1993 foram destinadas ao sector cooperativo. O documento elaborado pelo Ministério da Agricultura (1982:7) referia a este propósito: “A estas iniciativas (das explorações colectivas e das cooperativas), desencadeadas pelo partido, não houve um correspondente enquadramento e apoio sobretudo no que se refere à planificação e organização. Estas iniciativas deixadas quase exclusivamente à boa vontade dos Grupos Dinamizadores experimentaram inúmeras dificuldades e, em muitos casos, tornaram-se uma imagem deformada do que deve ser uma cooperativa socialista de produção”.

- por alguns agricultores moçambicanos que se tinham beneficiado da abertura política depois dos fins da década dos 50;
- por algumas grandes explorações.

A política governamental dominante mantinha uma relação hostil com este sector. Esta hostilidade além de política, reflectia-se na não afectação de recursos que garantissem a reprodução produtiva e económica das empresas privadas.

Não obstante, existiram algumas particularidades na actuação governativa durante os primeiros anos depois da independência. Destacam-se alguns exemplos:

- os agricultores nacionais e estrangeiros cujas explorações se localizavam em perímetros irrigados e onde se constituíram empresas públicas, foram expropriados das suas terras e agrupados numa mesma zona de forma a concentra-los numa parte do regadio. Isto é, a expropriação foi acompanhada da entrega de uma parcela de terra, não necessariamente com as mesmas dimensões nem de solos com qualidade semelhante. O caso do regadio do Limpopo é um exemplo desta forma de actuação;
- os agricultores isolados mantiveram, regra geral, as suas explorações. Existiram também casos de expropriação;
- as grandes explorações cuja actividade se manteve considerada como “normal” não foram intervencionadas nem nacionalizadas.

Algumas grandes empresas privadas (geralmente as que se dedicavam às culturas de exportação), foram pontualmente contempladas na distribuição de recursos. A produção de hortícolas em 1985 representava aproximadamente 72% do valor da produção agrícola privada, o que demonstra que foram os pequenos e médios agricultores que mais permaneceram em actividade. O total da produção agrícola privada representava no mesmo ano cerca de 32% da produção total agrícola comercializável.

d) O sector camponês

É possível afirmar que a política governamental em relação aos camponeses foi a de não possuir uma política explícita. As características da produção camponesa descritas na secção 1.2 mantiveram-se depois da independência.

Os camponeses eram considerados como uma forma de produção residual que deveria ser transformada, seja pela via da proletarianização no processo de industrialização e nas empresas públicas agrícolas, seja pela cooperativização da produção. Enquanto este processo não se verificasse, a importância dos camponeses de uma determinada zona era atribuída em função dos excedentes produtivos que produziam. A extracção dos excedentes foi uma das principais preocupações do governo. A comercialização da produção camponesa era realizada de diferentes formas, destacando-se as seguintes:

- pelas grandes empresas agrícolas públicas especializadas em monocultivos, principalmente as que se dedicavam aos produtos de exportação. As funções que as empresas

concessionárias e as grandes plantações desempenhavam antes da independência²⁴ foram assumidas pelas empresas públicas;

- por empresas ou instituições públicas especializadas, como é o caso da comercialização de grãos (especialmente cereais). A empresa conhecida por AGRICOM, foi criada a partir de um organismo existente antes da independência, o Instituto de Cereais de Moçambique;
- pela rede comercial existente, pública e privada. O Estado formou uma empresa com base nas lojas abandonadas, fundamentalmente destinada ao comércio rural. Esta empresa foi designada de “lojas do povo”. A ineficiência e os casos de corrupção obrigaram à sua abolição, iniciando-se um processo de privatização da rede comercial rural (princípios da década dos 80).

Com a ruptura da rede comercial, as ações de comercialização começaram a ser dirigidas para as zonas de maior concentração produtiva e, principalmente, para a compra de produtos exportáveis e para o abastecimento das cidades. As empresas e os organismos públicos relacionados com as culturas do algodão, da copra e do caju, sempre tiveram recursos para a comercialização destes produtos.

Esta política é coerente com a radicalização política da FRELIMO e com a concepção ortodoxa do desenvolvimento agrário socialista, segundo a qual, os camponeses são incapazes de adoptar técnicas modernas de produção, constituem uma forma pré-capitalista de produção, são considerados economicamente “tradicionalistas” e politicamente conservadores²⁵. Houve, nos fins da década dos 70, um debate no qual se argumentava que o apoio à pequena exploração camponesa era uma forma de desenvolver a pequena burguesia rural, o que era contrário à política da FRELIMO²⁶.

Neste sentido, os apoios públicos apenas chegavam aos camponeses quando estivessem associados a alguma forma de produção e/ou organização socialista (neste caso as aldeias comunais) e quando estivessem integrados no sistema de troca dos excedentes. Este sistema garantia, através de preços reais desfavoráveis (MOZ/86/007: 1987), a transferência de recursos dos camponeses para o Estado por meio das empresas públicas que comercializavam os excedentes, mantendo, simultaneamente, o poder aquisitivo e a procura privada a níveis baixos como forma de concentrar a afectação dos recursos da economia nos projectos estatais. Os excedentes económicos das pequenas explorações eram assim transferidos para o Estado.

3.3. O período do aparente esplendor e as origens da crise (1977-1981)

Simultaneamente que os sectores não planificados estavam em crise existia a aparência de esplendor no sector planificado, constituído basicamente pelas empresas públicas. Os grandes

²⁴ As formas de comercialização da produção camponesa de produtos exportáveis antes da independência variava conforme os produtos e as regiões. As empresas concessionárias (ou empresas associadas ao grupo concessionário), as grandes plantações e organismos públicos eram geralmente os instrumentos utilizados para a compra dos excedentes.

²⁵ O debate sobre o papel da pequena exploração no desenvolvimento e nos processos políticos de diferentes naturezas é muito antigo e sem conclusões. Desde os debates dos fins do século na Rússia personificados em Bukarine e Preobashenski, às políticas aplicadas na URSS e teorizadas por Kautsky, às experiências dos países socialistas da Ásia a partir de meados deste século, aos debates havidos nas escolas francesas nos anos 60, às políticas da União Europeia e as importantes variantes existentes nos países em desenvolvimento, existe uma imensa literatura sobre estes aspectos. No caso de Moçambique, o autor defende que, no fundamental, a política agrária aplicada se aproximava às posições mais ortodoxas da teoria socialista sobre o desenvolvimento agrário.

²⁶ Este debate teve origem e realizou-se principalmente na província de Cabo Delgado, envolvendo altos cargos do partido e do governo, de nível provincial e central.

investimentos realizados nestas empresas, a injeção massiva de técnicos estrangeiros e a capacidade de mobilização partidária do período imediatamente depois da independência conseguiram recuperar parte dos níveis de produção do sector privado do período pré-independência. Alguns sectores produtivos atingiram os níveis produtivos do período colonial.

a) Alguns dados referentes ao período 1977-1981

O PIB entre 1975 e 1977 cresceu 5,5% e cerca de 11,4% entre 1978 e 1981. A produção agrícola aumentou nos mesmos períodos cerca de 17,2% e 8,8% respectivamente (Wuyts, 1989). Em 1981 o sector público contribuía com 65% da produção industrial, 85% da actividade de transportes e comunicações, 40% do comércio e cerca de 55% da produção agrícola comercializada (FRELIMO, 1983: 30-48, em Mackintosh e Wuyts, 1988). Entre os principais produtos agrícolas, o sector público contribuía com 100% dos citrinos de exportação, 88,6% do arroz, 81% do chá, 57% do tabaco, 49% do milho, 46% do algodão, 39% do tomate industrial, 27,6% da copra e 27,2% do girassol.

As exportações entre 1978 e 1980 cobriam entre 31 e 35% das importações (CNP, 1985). O défice comercial era maioritariamente financiado pelas balanças de invisíveis e de capitais que se mantiveram positivas até aos primeiros anos da década dos 80. Em 1980, o défice externo apenas representava 1,3% do PIB. Os orçamentos públicos correntes mantiveram-se com saldos positivos até 1983 (CNP, 1986). A inflação oficial era de cerca dos 2% até 1981 (CNP; 1986).

Os investimentos públicos não ultrapassavam os 10% do PIB. O investimento no sector agrícola entre 1978 e 1983 foi assim distribuído: 90% para o sector público, 2% para as cooperativas e virtualmente nada para a agricultura familiar e de pequena escala (Mackintosh e Wuyts, 1988)²⁷. Por outro lado, os investimentos foram concentrados em grandes projectos. Por exemplo, só o vale do Limpopo concentrou, em 1977, cerca de 50% dos investimentos realizados na agricultura (Mackintosh e Wuyts, 1988). A mecanização e a construção de novos regadios aglutinavam estes investimentos. Cerca de 95% do crédito agrícola entre 1980 e 1986 foi concedido ao sector público, dos quais 65% foi destinado para os produtos de exportação. Os produtos mais beneficiados foram o açúcar, o algodão e o chá (World Bank, 1988).

Estes dados fazem transparecer uma economia equilibrada e estável. O crescimento foi constante entre 1977 e 1981. As principais balanças macroeconómicas estavam aparentemente em equilíbrio (balança externa e balança fiscal). A inflação oficial era muito baixa. A importância e o peso do sector público na economia aumentavam. A crise do sector privado era considerada como fazendo parte da crise do capitalismo e os governantes afirmavam serem maus gestores do capital. Esta crise era mesmo considerada como um mal positivo para a construção socialista em Moçambique.

No entanto as estatísticas oficiais não incluíam (e continuam sem incluir) uma grande parte da economia (a maioria das economias de pequena escala, a economia informal e o mercado negro), que coincidia em grande parte com os sectores que atravessavam a maior crise. Mais de 70% da economia não possuía capacidade de reprodução. A inflação já existia no mercado paralelo. Os défices das empresas públicas eram cobertos pelos orçamentos públicos que se mantinham positivos devido ao crescimento dos impostos indirectos, afectando o consumo, o poder de compra privado e o nível de vida da maioria da população. Os volumes comercializados dos produtos alimentares baixavam na maioria dos produtos, conforme se pode observar no quadro seguinte.

²⁷ Durante os primeiros anos depois da independência, os impostos indirectos representavam entre 1,6 vezes os impostos directos. Em 1978 esta relação era de 3,1 vezes e em 1980 e 1981 era de 2,2 e de 2,1 vezes respectivamente. Com a recuperação produtiva dos finais da década dos 70 os impostos directos foram assumindo maior importância.

Quadro 5
Evolução da produção comercializada dos principais produtos agrícolas
Em volume, 1975=100

Produtos	1975	1976	1980	1981
Algodão caroço	100	70,7	124,8	141,7
Arroz	100	79,8	46,4	30,7
Batata	100	75,0	22,5	34,8
Castanha de caju	100	75,0	54,8	56,3
Citrinos	100	88,2	109,7	107,9
Chá-folha	100	114,1	154,1	167,8
Copra	100	142,9	73,6	107,9
Milho	100	94,7	68,4	82,4
Sisal	100	95,6	87,7	68,8
Carne bovina	100	72,1	56,5	53,1
Madeira	100	50,3	69,3	46,7

Fonte: CNP, 1984.

Pode-se confirmar que todos os produtos alimentares, cuja produção dependia maioritariamente dos pequenos produtores, baixaram os seus respectivos volumes de comercialização. Pelo contrário, a maioria dos produtos de exportação cuja produção dependia em grande parte das empresas públicas (algodão, chá, citrinos e copra), aumentavam de volume.

Por outro lado, os sectores da “economia moderna” que constituíam as principais fontes de recursos externos estavam em crise. O transporte ferroviário de carga internacional, uma das principais fontes de divisas do país, era em 1980 de cerca de 49,5% de 1975 (em termos de volume) e o manuseamento portuário de carga internacional em 1980 representava 60,3% de 1975. O número de mineiros moçambicanos a trabalhar na África do Sul era em 1980 de cerca de 38,8% dos existentes em 1975²⁸.

Não menos importante que a crise do sectores produtivos foi a ruptura dos mecanismos de reprodução do conjunto do tecido económico no meio rural provocada por diferentes razões, mas sobretudo devido à aplicação de um novo modelo que não contemplava mais de 70% da economia rural.

O emprego e a emigração tinham decrescido. Os rendimentos da maioria da população diminuíu. A ausência de meios de troca reduzia a necessidade de dinheiro e os camponeses já não tinham tanta necessidade do assalariamento nas empresas públicas. Aparentemente de forma paradoxal, os aumentos dos preços nominais de alguns anos foram traduzidos em reduções da comercialização da produção camponesa, o que se justifica, segundo Berthlemy e Morrisson (1989), pelo facto das mercadorias disponíveis no meio rural passaram a ser adquiridas através da venda de um menor volume de produtos, considerando que não tenha havido um aumento da oferta de produtos de troca. Por estas e

²⁸ A África do Sul começou a canalizar o seu fluxo de mercadorias para outros portos (incluindo portos novos construídos para o efeito) e estabeleceu condições preferenciais em preços para as mercadorias de outros países da região com o objectivo de desviar o tráfego dos caminhos de ferro e dos portos de Moçambique. Destaca-se no entanto, que a eficiência, a produtividade e as condições de segurança dos serviços prestados por Moçambique não eram competitivos relativamente à concorrência sul-africana.

A redução da emigração foi provocada por três razões principais: primeiro, a África do Sul diminuiu propositadamente o recrutamento em Moçambique, compensando com trabalhadores de outros países da região; segundo, iniciou-se a reestruturação do capital mineiro com o objectivo de reduzir as necessidades de mão de obra; terceiro, o governo moçambicano dificultava administrativamente esta emigração. O discurso político não era favorável à emigração.

por outras razões, as relações existentes entre as diferentes agentes económicos deixaram de ser fluidas e diminuíram de intensidade.

Além das dificuldades inerentes ao debilitamento do tecido económico e à redução dos excedentes, os fluxos económicos campo-cidade eram obstruídas não só pela guerra como pelos mecanismos de funcionamento da economia e por imposições administrativas. Cada distrito e província definia os excedentes que podiam ser “exportados” para o resto do país. Para cumprimento destas medidas colocaram-se postos de controle nas fronteiras de cada divisão administrativa. Por outro lado, a direcção administrativa da economia através de um plano centralizado e global (no sentido que abrangia grande parte dos recursos da economia), introduziu distorções no funcionamento da economia a nível local. Ressaltam-se os exemplos seguintes:

- o plano afectava os recursos e a produção possuía destinos definidos. Como consequência deste centralismo, era frequente existirem grandes stocks de insumos nas empresas públicas e os restantes sectores da mesma zona não possuírem os meios necessários para trabalhar. Existiram casos em que a produção das empresas públicas era transportada para os destinos planificados enquanto que os trabalhadores da mesma empresa tinham dificuldades alimentares, ou mesmo fome;
- as máquinas das empresas públicas agrícolas raras vezes (principalmente nos primeiros anos) eram alugadas aos restantes sectores. Para este efeito, foi criada uma empresa de mecanização agrícola designada de MECANAGRO que possuía as funções de aluguer máquinas e de assistência técnica aos sectores não-estatais. Acontecia muitas vezes que as máquinas da MECANAGRO deslocavam-se quilómetros para prestar um serviço existindo ao lado do agricultor, na empresa pública agrícola, meios suficientes para realizar o trabalho;
- o monocultivo dominante em muitas empresas obrigava à utilização de grandes volumes de mão-de-obra em determinadas operações culturais. O processo de recrutamento compulsivo colonial foi então substituído pela mobilização partidária no período em que existia essa capacidade e, posteriormente, pela mecanização. Os casos da colheita do arroz no vale do rio Limpopo e do algodão nas províncias do norte do país, são os exemplos mais significativos destes factos. As condições de trabalho, alojamento e alimentação destes trabalhadores eram, na maioria dos casos, muito semelhantes aos existentes no período pré-independência.

Estes e outros casos, não só produziam ineficiências na utilização dos recursos e distorções no funcionamento do tecido económico, como geravam climas de hostilidade entre as empresas públicas e os restantes sectores produtivos da mesma zona. A verticalidade do plano que teoricamente pretendia alcançar a racionalidade e a eficiência sectorial e do conjunto da economia planificada, produzia ineficiências e distorções a nível local que muito contribuíram para a crise e a ruptura do tecido económico do meio rural.

Deste modo, a funcionalidade existente entre os diferentes sectores e entre a agricultura e o meio rural com o conjunto da economia durante o período colonial e que obedecia a uma lógica de reprodução do regime, sofreu rupturas de diferentes tipos.

Em resumo existiu um período de crescimento económico e de manutenção dos equilíbrios macroeconómicos da economia planificada no pós-independência. Não obstante, grande parte da economia real não era planificada e a crise nestes sectores começou através das rupturas provocadas pelas desarticulação do tecido económico. Por outro lado, as novas formas de produção foram incapazes de substituir a curto prazo os espaços dos agentes económicos que saíram do país ou que

estavam em crise. A acrescentar e sem ser menos importante, houve uma grande redução, por diferentes razões, das fontes de financiamento externo em que assentava a economia no período colonial. Uma segunda fase é caracterizada pelo início da crise do modelo socialista que é agravada pela conjugação de factores internos e externos, económicos e não económicos, cujos elementos mais importantes se referem na secção 3.

b) Os primeiros sintomas da crise do modelo socialista

Foi o próprio crescimento do sector público que desenvolveu algumas das contradições internas do modelo. As empresas públicas que deveriam constituir o sector transformador da economia e a base da economia socialista não conseguiram, por muitas razões²⁹, desempenhar esse papel e passaram a constituir um dos factores mais importantes para a crise do modelo. Os resultados económicos das empresas públicas eram, na maioria dos casos, negativa. Grande parte dos financiamentos de campanha não eram reembolsados à banca e a dívida começou a avolumar-se. Os investimentos eram realizados pelo Estado e muitas das empresas não possuíam solvência financeira para o seu pagamento. Porque as empresas não tinham capacidade técnica e de gestão para a manutenção do equipamento, os “cemitérios de máquinas” começaram a avolumar-se. As quebras no aprovisionamento de campanha eram frequentes, afectando os calendários culturais e portanto, os rendimentos produtivos³⁰.

Esta crise generaliza-se a partir dos princípios dos anos 80. Simultaneamente o sector privado, pelas razões já expostas, possuía crescentes dificuldades para produzir. Os camponeses não só não tinham estímulos para incrementar a produção além dos níveis de subsistência (principalmente devido ao colapso do comércio rural), como começaram a ter dificuldades de manter a auto-suficiência alimentar. Durante os primeiros anos da década dos 80, as trocas em muitas zonas do meio rural eram realizadas entre mercadorias. A moeda tinha deixado de funcionar como um meio de troca e como reserva de valor. Os camponeses começaram a vender os seus bens patrimoniais e de prestígio (como por exemplo gado bovino), para a aquisição de bens de consumo.

Consequentemente a crise do abastecimento dos centros urbanos aumentava e a capacidade para importar era cada vez menor. As exportações decresceram e o déficite da balança de pagamentos aumentava a ritmos acelerados, não só pela redução das exportações como também, e não menos importante, devido à redução do trabalho migratório e dos serviços prestados aos países do interior da África Austral. As dívidas das empresas começaram a ser cobertas pelos orçamentos públicos. A emissão de moeda começou a ser o recurso usado para superar a curto prazo os desequilíbrios financeiros do sector produtivo e do conjunto da economia. O mercado negro começava a constituir um circuito através do qual circulavam crescentes volumes de mercadorias e de dinheiro. O dólar americano e o rand sul-africano atingiram no mercado negro 40 vezes o valor do câmbio oficial. Os subsídios às empresas atingiam elevadas somas do orçamento público, o que contribuiu para o crescimento descontrolado do déficite público. A inflação disparou-se. Os desequilíbrios macroeconómicos aprofundaram-se a partir de 1981.

²⁹ Veja algumas destas razões na secção 3.2.a).

³⁰ É justo destacar que, não obstante ser esta a situação dominante, existiam algumas empresas que apresentavam resultados produtivos e económicos positivos e situações de grande organização interna que eram utilizados como exemplo das virtualidades do modelo socialista (este aspecto pode ser confirmado pelas estatísticas apresentadas na próxima secção).

c) A guerra como factor agravante da crise

O discurso oficial apresentava os factores externos e a guerra como as causas fundamentais da crise económica. Os termos de troca crescentemente desfavoráveis no mercado externo, a inflação importada e a crise do capitalismo internacional, eram alguns dos factores apresentados para justificar as dificuldades económicas do país. As causas internas referidas pelo governo eram geralmente a guerra, a redução dos serviços aos países da região devido às medidas da África do Sul, os períodos de seca³¹. Sem ignorar estes factores e sem considerá-los como secundários, este trabalho ressalta os aspectos relacionados com o modelo interno.

Não existia consenso sobre as origens da guerra. O discurso oficial apontava as situações coloniais e o apartheid então prevalentes na África Austral como os factores desestabilizadores da região e os incentivadores da guerra em Moçambique. Os serviços secretos rodesianos eram apontados como os criadores da guerrilha anti-governamental. A África do Sul e a Rodésia de Ian Smith, por seu lado, defendiam o poder branco, manipulavam o perigo comunista em pleno apogeu da guerra fria e invadiam militarmente o território moçambicano “em perseguição dos terroristas” dos respectivos movimentos de libertação. A RENAMO³², já nos fins da década dos 80, procurava legitimar a guerra apontando o regime autoritário da FRELIMO, o sistema de partido único, a ausência de democracia, os abusos de poder e a corrupção do governo. A RENAMO utilizou as medidas de política económica que produziam situações de insatisfação para a mobilização das populações. Os casos de coerção verificados na mobilização governamental para a construção das aldeias comunais, a inacessibilidade à terra pelos camponeses, as hostilidades em relação às empresas públicas no meio rural, a crise do abastecimento, os casos de actuações autoritárias dos poderes locais, as más relações entre a FRELIMO e as antigas “autoridades gentílicas” e com a sociedade civil “tradicional”, foram alguns dos elementos mais utilizados para justificar e alimentar a guerra.

Seria possível não haver guerra?. Nas condições regionais e internacionais existentes, a guerra era quase que inevitável. Todas as partes, à escala nacional, regional e internacional procuravam impôr os seus modelos, defender os seus interesses e aumentar as suas zonas de influência política e económica. As raízes do ciclo da violência estavam contidas nos regimes da região e na conflitividade existente entre eles: por um lado o colonialismo e o apartheid e por outro lado, os regimes de orientação socialista em Moçambique e Angola. O radicalismo político de ambos os lados eram resultantes de todos estes factores e alimentavam-se mutuamente.

Existiria crise económica sem a guerra?. O autor deste trabalho defende que o modelo económico e sobretudo as formas radicais da sua aplicação contêm intrinsecamente muitos dos factores da crise económica e social moçambicana. A guerra é considerada como um factor agravante e cuja propagação e reprodução foi, em grande parte, facilitada pela crise económica. Por outro lado, a guerra ampliou a crise e tornou-se a partir de certo momento, um dos seus principais factores. Em resumo, a

³¹ Veja-se por exemplo o documento *Strategy and Program for Economic Rehabilitation 1987-1990* apresentado pelo governo de Moçambique ao Clube de Paris em Junho de 1987.

³² Não existe consenso sobre as origens da RENAMO. A versão oficial da FRELIMO refere a RENAMO como uma criação dos regimes da Rodésia de Ian Smith e da África do Sul com o objectivo de desestabilizar o país e dificultar a propagação do socialismo na região. A RENAMO foi formada inicialmente pelos dissidentes e elementos marginalizados da FRELIMO, por membros das antigas forças especiais do exército colonial e o apoio financeiro provinha dos regimes rodesiano e sul-africano e de grupos económicos com interesses em Moçambique. Assumindo esta origem, não se deve secundarizar que a dinâmica interna da RENAMO e a sua transformação política, foi também alimentada pelas razões intrínsecas do modelo moçambicano e que se apresentam resumidamente nos parágrafos seguintes do texto.

crise e a guerra reforçaram-se mutuamente. O que se pode questionar é se a crise, numa situação de paz, teria sido tão profunda e se teria atingido situações tão traumáticas. A resposta seria possivelmente negativa.

d) Os dados da crise

A situação do país a meados da década do 80 encontra-se de alguma forma reflectida nos valores dos indicadores do quadro seguinte:

Quadro 6
Alguns indicadores da economia moçambicana, período 1984-86
em %

	1980	1981	1984	1985	1986
PIB, Variação anual	2,2	-3,6	-16,8	-4,2	-10,8
Inflação (IPC)	nd	2,0	17,6	47,8	12,2
Importações/Exportações	35,0	35,0	17,7	18,1	14,6
Déficite da Bal. Pagamentos/PIB	-1,4	-2,8	-13,9	-9,7	-13,9
Déficite público corrente/PIB	0,1	0,9	-10,2	-9,3	-12,1
Gastos públicos/PIB	7,8	17,3	20,8	22,4	25,4
Receitas públicas/Gastos públicos	105,7	106,4	66,6	58,2	52,2
Investimentos públicos/PIB	12,7	17,2	9,7	4,5	6,9

Fonte: Para 1980 e 1981, CNP (1987). Para 1984, CNP (1985). Para 1985 e 1986, CNP (1989).

Através deste quadro é possível verificar a progressão dos desequilíbrios macroeconómicos. Um conjunto de outros dados estatísticos ajudam a compreender a profundidade desta crise. Por exemplo:

- em 1985 e 1986, os gastos com a defesa representavam respectivamente 33,5% e 29% das despesas públicas (CNP, 1989);
- os subsídios directos às empresas (incluindo o financiamento bancário do déficite das empresas) em 1985 e 1986 era de cerca de 27,4% e de 33,5% das despesas públicas. Estes gastos, mais os da defesa, somam aproximadamente 60,9% e 62,5% do total dos gastos públicos para os anos considerados (CNP, 1989).
- a balança externa de serviços, tradicionalmente positiva e uma das fontes de financiamento da balança de pagamentos, começou a ser crescentemente negativa a partir de 1983 (CNP, 1987);
- a dívida externa começou a constituir um importante peso para a economia a partir de princípios da década dos 80. Em 1985 e 1986, só os serviços da dívida eram superiores ao total das exportações em cerca de 17% e 54,7% respectivamente (Banco de Moçambique, em Mosca, 1993);
- os volumes da produção comercializada continuaram a decrescer na maioria dos produtos, conforme se pode observar no quadro seguinte.

Evolução da produção comercializada dos principais produtos agrícolas,
entre 1980 e 1986.

Em volume, 1980=100

Produtos	1980	1981	1985	1986	1986/1975
Algodão caroço	100	113,5	8,8	14,7	20,8
Arroz	100	66,3	41,1	43,6	20,2
Castanha de caju	100	34,7	34,7	45,8	25,1
Citrinos	100	98,4	84,4	54,2	59,4
Chá-folha	100	110,0	27,7	7,1	(a)
Copra	100	146,6	64,7	77,1	56,7
Milho	100	120,5	90,2	33,1	22,6
Sisal	100	78,2	26,4	7,5	6,6
Carne bovina	100	94,0	38,6	27,7	15,6

Nota: Os dados de 1975 e de 1986 estão em chá-verde e chá transformado, sendo por isso difícil comparar os dois anos.

Fonte: CNP (1987).

Deste quadro é possível confirmar a profunda crise produtiva de todos os sectores agrícolas.

Para além destes dados estatísticos as condições de vida da maioria da população degradava-se rapidamente. Segundo Green (1991), mais de 40% da população moçambicana vivia por debaixo do nível da pobreza absoluta. A UNICEF (1988) estimava que as perdas económicas provocadas pela guerra entre 1980 e 1985 somavam mais de 5,5 mil milhões de dólares, o que representava cerca de três vezes o valor da produção total da economia do país em 1985 e quase o dobro da dívida externa existente no mesmo ano. O mesmo documento da UNICEF afirma que mais de 3,8 milhões de moçambicanos (cerca de uma quarta parte do total da população) estavam permanentemente em risco de fome. Até finais de 1985, cerca de 25% do pessoal médico e sanitário do meio rural foram mortos ou raptados pela RENAMO. Segundo Brochman e Ofstad (1990:26), entre 1983 e 1987 mais de 45% da rede de cuidados primários de saúde e das escolas primárias do meio rural foram destruídas pela guerra. Cerca de 50% da rede comercial foi igualmente destruída.

A crise económica atingia níveis política e socialmente insustentáveis. A guerra generalizava-se por grande parte do território. Os apoios externos dos países socialistas baixaram e a crise interna destes países obrigou o governo moçambicano a repensar a sua política externa. As reformas internas, políticas e económicas, constituíam uma possível saída para a redução da crise.

Estes dados e a análise do processo moçambicano confirmam a opinião de alguns analistas segundo os quais a crise moçambicana tem como origem principal a economia real e não os desequilíbrios financeiros. Para estes analistas, foi a baixa da produção e das exportações que provocaram o crescimento do mercado paralelo, a inflação, a crise do abastecimento, entre outros aspectos, que se reflectiram à posterior nos desequilíbrios macroeconómicos. Isto é, argumenta-se que as políticas orçamentais e monetárias expansivas surgiram para tentar reduzir a crise já existente dos sectores produtivos. Se esta argumentação parece ser verdadeira, também existiu o efeito contrário, isto é, aplicaram-se medidas políticas para as quais não existia capacidade económica e que foram financiadas por recursos não gerados pela economia. Destaca-se por exemplo, a realização de grandes

projectos de investimento financiados por recursos externos que avolumavam a dívida externa e cujos resultados económicos eram negativos no contexto geral da situação do sector público³³.

3.4. O modelo do socialismo periférico: alguns aspectos teóricos sobre a economia

A partir da experiência descrita, ressaltam-se os aspectos de maior debate sobre as políticas económicas num contexto da construção do socialismo nos países em desenvolvimento. Primeiro, as prioridades sectoriais no desenvolvimento económico são um dos aspectos fundamentais deste debate, aspecto este que condiciona a organização da economia com o objectivo de transferir os recursos e a acumulação para esses sectores, seja através dos mecanismos de mercado, como por meio do plano e do papel redistribuidor do Estado. As posições mais ortodoxas defendiam a transferência dos recursos para a industrialização das economias. Os autores estruturalistas, por seu lado, argumentavam que no caso dos países em desenvolvimento o sector externo deveria desempenhar a função de acumulação. Fitzgerald (1988) afirma o seguinte sobre este assunto: “O problema clássico da taxa óptima de acumulação expressa-se como o balanço entre a produção exportada e a produção para satisfazer as necessidades básicas que determinam, respectivamente, a taxa de crescimento e o nível de vida”. A experiência moçambicana aproxima-se mais às posições ortodoxas, pelas razões seguintes: a estatização e a industrialização constituíam os grandes objectivos e eram consideradas como as condições necessárias para a construção do socialismo. O padrão de acumulação da economia assentava na extracção dos recursos dos sectores não planificados para os sectores socialistas através de mecanismos que concentravam a acumulação no Estado, que posteriormente os redistribuia para o desenvolvimento das formas de produção que caracterizavam o modelo (o sector público).

Destaca-se no entanto algumas especificidades na experiência moçambicana:

- a agricultura foi definida no III Congresso como a base para o desenvolvimento económico. Esta priorização pressupunha que a acumulação a curto prazo, principalmente de divisas, seria realizada neste sector;
- a componente ideológica populista reflectiu-se na mobilização dos recursos locais para a melhoria das condições de vida das populações e nas formas voluntárias de cooperativização.

Estes elementos do modelo moçambicano revelam algumas variantes tácticas à ortodoxia da industrialização pesada. Embora este fosse o objectivo da transformação económica, admitiam-se estágios intermédios impostos pela estrutura económica herdada e pela necessidade de melhorar a curto prazo as condições de vida da maioria da população.

Segundo, muitos autores defendem que o papel do Estado não é o de intervir directamente no sector produtivo através da criação do sector público. Para os estruturalistas que estudaram as experiências socialistas nos países em desenvolvimento, o papel essencial do Estado deveria ser o de controlar os mecanismos de acumulação de forma a concentra-lo nos sectores produtivos considerados

³³ Os projectos de desenvolvimento eram geralmente concebidos com grandes dimensões e eram conhecidos pelo número de hectares que previam abranger. Destacam-se alguns que se iniciaram nos fins da década dos 70: o projecto dos 400.000 hectares com cooperação romena; o de 120.000 hectares com cooperação da ex-RDA; o projecto de irrigação de 300.000 hectares no vale do rio Limpopo, entre outros.

estratégicos e impulsionadores do desenvolvimento. Em Moçambique, existiu uma estatização bastante radical e o sector público da economia tornou-se, em poucos anos, no maior produtor de bens e serviços comercializados. O III Congresso da FRELIMO definia que o sector estatal deveria ser “dominante” e “determinante” no desenvolvimento económico e social do país³⁴.

Terceiro, o caso de Moçambique revela que o consumo privado foi restringido com o objectivo de libertar recursos para o financiamento do desenvolvimento (este é um dos elementos básicos do modelo de Kalecki³⁵). Os grandes projectos de desenvolvimento agrário baseados em sistemas de produção intensivos em capital e a importação massiva de equipamentos por um lado, e a redução das importações dos bens de consumo “não essenciais” e o colapso do abastecimento rural por outro lado, revelaram claramente esta opção³⁶. Os estruturalistas, pelo contrário, defendem que nos países em desenvolvimento “a produtividade tanto dos trabalhadores como dos camponeses, depende da acessibilidade a mercadorias incentivadoras” (Fitzgerald, 1988), o que significa que o consumo (isto é, a procura) constitui um dos mecanismos impulsionadores do desenvolvimento.

Quarto, o período de transição entre os dois modelos económicos foi caracterizado pela aplicação radical de muitos dos pressupostos do novo modelo. Não foram encontrados os pontos de equilíbrio entre o sector público e os sectores não socialistas e entre o plano e o mercado. A direcção administrativa da economia através de um plano muito centralizado provocou a “secagem” do mercado, distorções no seu funcionamento e ineficiências na utilização dos recursos. Estes aspectos reúnem algumas das principais críticas que se fizeram à maioria dos processos socialistas nos países em desenvolvimento que foram as seguintes:

- a secundarização das economias de pequena escala que representavam, em muitos casos, mais de 60% do PIB e mais de 70% do emprego e do auto-emprego;
- a direcção administrativa da economia em realidades onde as economias e os mercados informais desempenhavam papéis fundamentais na reprodução dos sistemas e das lógicas produtivas, a nível micro e macro;
- a secundarização na utilização dos instrumentos de direcção económica (taxas de juro, oferta monetária, taxas de câmbio, etc) e a consequente substituição pelos balanços materiais e inter-sectoriais do plano. Por exemplo, em relação à política monetária, as necessidades de moeda dependiam das necessidades das trocas da economia, cujas metas eram definidas no planos materiais. Segundo Cole (1974:339), “assim ... a capacidade de produção e não a estabilidade dos preços ou das taxas de juro e de câmbio deve ser o princípio orientador da política monetária”.

³⁴ A interpretação dos termos “dominante” e “determinante” nunca foram claramente definidos no contexto da sua utilização política e económica. Regra geral existia a interpretação vaga de que o termo “dominante” significava que o sector público deveria ser maioritário na economia. Mas o que significa ser maioritário? O termo “determinante” era interpretado como sinónimo da função de principal agente dirigentes e implusionador do desenvolvimento.

³⁵ De forma muito sintética, Kalecki defendia que a acumulação deveria ser realizada à custa de sacrifícios no consumo de bens “não essenciais” de forma a concentrar os recursos nos investimentos dos sectores estratégicos.

³⁶ Um discurso do então Secretário do Departamento do Trabalho Ideológico do Comité Central da FRELIMO demonstra claramente esta política: “Os grandes projectos implicarão gastos de enormes somas por parte do Estado, somas que têm que ser usadas em vez de comprar arroz ... Se comprarmos estes produtos que precisamos, ... então o dinheiro que se gasta não é produtivo. Se pelo contrário nos sacrificarmos nesta fase, então em 4 ou 5 anos o sacrifício que fizemos hoje produzirá todos estes produtos. Nós pensamos que para sair da pobreza e do subdesenvolvimento, este sacrifício é necessário”, em Mackintosh e Wuyts (1988).

Quinto, Fitzgerald (1988:50) afirma: “A agressão militar e económica contra as nações que tentam a construção do socialismo é um elemento central na realidade da transição”. A crítica principal refere que os modelos macroeconómicos consideram a guerra como uma variável exógena. Argumenta-se que as economias em guerra necessitavam de formas específicas de organização da produção, distintos métodos de gestão e de utilização dos instrumentos de direcção económica. Fitzgerald especifica a este respeito: “pensando na necessidade de desviar excedentes internos e externos para a defesa, reduzem-se as possibilidades de acumulação e aumenta a tendência para reforçar os mecanismos para a centralização dos excedentes nas mãos do Estado a natureza centralizada e vertical da estrutura de comando militar reflecte-se na administração civil com efeitos na organização da sociedade”.

Sexto, e no que respeita especificamente à agricultura, a questão agrária nos países com características semelhantes às de Moçambique é o da definição de políticas de integração dos pequenos produtores no mercado dentro de um contexto de transformação da base produtiva e da sociedade. As formas e as vias dessa transformação constituem um dos principais temas de desacordo nas experiências socialistas de todos os continentes. Conforme já referido, a extracção dos excedentes dos pequenos produtores foi o principal objectivo dos modelos aplicados nestas experiências. Por outro lado, os benefícios destes processos concentraram-se sobretudo nas cidades.

Para terminar, sétimo, a substituição dos parceiros económicos teve custos elevados para a economia e o nível de apoio esperado dos países socialistas ficou aquém das expectativas do poder moçambicano. Isto é, a substituição dos suportes externos, económicos e não económicos, não garantiram os ritmos desejados na implantação do novo modelo, criando-se rupturas e vazios entre o “velho” e o “novo”. Fitzgerald (1988) afirma que as relações entre países socialistas regulam-se por regras do mercado capitalista mundial e que os termos de troca são igualmente desfavoráveis para os países menos desenvolvidos. As relações socialistas internacionais também incluem factores não estritamente económicos: as opções políticas dos países, a sua importância geo-estratégica e a riqueza em matérias primas são factores fundamentais no grau de cooperação governamental.

4. AS PRIMEIRAS REFORMAS E O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL

4.1. As primeiras reformas, período 1983-1986

a) As medidas económicas

As primeiras reformas económicas pretendiam encontrar novos equilíbrios entre o Plano e o mercado com o objectivo de aliviar a pressão sobre o consumo. A este respeito Mackintosh e Wuyts (1988) afirmam o seguinte: “Assim, para alguns, a necessidade imediata consistia num atraso táctico da transformação socialista permitindo a recuperação da produção através do impulso da empresa privada e havia também o reconhecimento que os imperativos da guerra e de preservar o carácter socialista do desenvolvimento exigiam uma intervenção continuada do Estado na economia”, em Mosca (1993:57 e 58). As principais medidas económicas das reformas foram as seguintes:

- a abertura de espaços para a iniciativa privada, principalmente no pequeno comércio e nos transportes. Na agricultura, foram distribuídas terras para a produção privada. Em alguns regadios esta distribuição foi extensiva aos camponeses residentes nas aldeias vizinhas aos perímetros irrigados;
- um maior apoio à produção de pequena escala, agrícola e não agrícola;
- a liberalização do mercado de produtos não essenciais para a alimentação, principalmente as hortícolas, as frutas e a produção pecuária de pequenos animais;
- a reestruturação das empresas públicas³⁷ e a suavização do papel do plano e das intervenções públicas na gestão empresarial;
- eliminaram-se as barreiras internas para a circulação dos produtos;
- as empresas relacionadas com o comércio externo poderiam gerir parte das divisas criadas pela respectiva actividade;
- iniciou-se um período no qual se tentou controlar os défices orçamentais e reduzir a oferta monetária principalmente através de algumas restrições dos empréstimos às empresas públicas.

No entanto, o sector externo e o financiamento da economia estavam completamente colapsados. A capacidade de obtenção de créditos externos era muito reduzida ou quase nula. A entrada de capitais era praticamente inexistente. Os países socialistas retiraram o pouco apoio que permanecia em meados da década. O sector privado interno não possuía capacidade de investimento devido aos anos de “secagem” e de rupturas dos seus mecanismos de reprodução. Os desequilíbrios macroeconómicos aumentavam. As condições de vida da população era cada vez mais insustentável. Em resumo, a economia não teve capacidade de reacção.

b) Os primeiros resultados

Os primeiros efeitos das reformas reflectiram-se na subida dos preços dos produtos liberalizados para níveis aproximados dos anteriormente considerados de mercado paralelo. Esta subida dos preços e a redução dos riscos inerentes às práticas relacionadas com os mercados paralelos, provocou um aumento da oferta.

Paralelamente, os efeitos da liberalização dos mercados, a distribuição de terras e o aumento da acessibilidade aos insumos fez aumentar a produção no sector privado. Inicia-se um processo de pequena acumulação neste sector que concentrou as iniciativas nas actividades não controlados pelo Estado, nos sectores com grande velocidade de rotação e de retorno do capital e nos centros urbanos onde os efeitos da guerra eram indirectos. Os transportes públicos urbanos e o pequeno comércio informal citadino foram priorizados pelo investimento privado. O comércio rural é reactivado nas zonas menos afectadas pela guerra e surgem os primeiros excedentes que em muitos casos não são escoados devido à guerra. O abastecimento rural e citadino melhorou significativamente.

O sector público continuava em declive, principalmente as empresas produtoras de produtos não exportáveis. A banca, incluindo a nacionalizada, reduzia o crédito a estas empresas. As empresas

³⁷ A reestruturação das empresas compreendia geralmente as seguintes acções: redimensionamento físico formando várias empresas a partir de uma grande empresa ou distribuindo parte das terras ao sector privado e aos camponeses da região; reforço em quadros técnicos transferindo técnicos do aparelho de Estado; descentralização de funções até então realizadas pelos GAPPO's ou pelo Estado o que aumentou a autonomia e responsabilização das empresas.

exportadoras começaram a beneficiar-se de parte das divisas geradas pela respectiva actividade. Algumas exportações aumentaram.

Pode-se afirmar que os primeiros objectivos das reformas foram atingidos, como por exemplo os seguintes: a melhoria do abastecimento, o aumento das exportações e a libertação da iniciativa privada. As reformas tinham atingido o objectivo de constituir uma fase de transição que facilitasse a adesão às Instituições de Bretton Woods (IBW). Paralelamente a inviabilização do modelo anterior iniciava um processo irreversível. O padrão de acumulação já não se centrava no Estado. O plano deixou de influir na economia. O mercado influía cada vez mais na afectação dos recursos e o sector privado possuía a iniciativa económica.

c) As reformas políticas e a mudança das alianças do poder

O poder tinha perdido grande parte da legitimidade que a vitória sobre o colonialismo lhe conferia durante os primeiros anos depois da independência. O nível e as condições de vida da grande maioria dos operários, dos camponeses e dos pequenos produtores tinham-se deteriorado com a crise económica e com a guerra. Os avanços conseguidos nas áreas da saúde e da educação regrediram. O governo era incapaz de garantir as condições de segurança para as populações que viviam nas zonas de guerra. A iniciativa militar pertencia à RENAMO.

Com as reformas, as classes capitalistas moçambicanas em formação no período final da colonização foram remobilizadas e foram-lhes oferecidas novas oportunidades económicas. Os elementos do “núcleo duro” e as forças de esquerda perdem posições nas novas relações do poder que é assumido por militantes que ocupavam posições hierárquicas secundárias ou por elementos do “núcleo duro” que mudaram de discurso e tornaram-se nos maiores defensores e aliados da actividade privada.

O discurso político suavizou-se. A FRELIMO, no seu IV Congresso de 1984 (FRELIMO, 1987), anunciou o abandono do marxismo-leninismo. Iniciou-se um processo de aproximação com as antigas “autoridades gentílicas” e com as hierarquias da sociedade civil “tradicional”. O mesmo aconteceu com as igrejas.

Seguiu-se o período do ajustamento estrutural que em Moçambique se designou de Programa de Reabilitação Económica (PRE).

4.2. O período de aplicação do ajustamento estrutural

a) As medidas e os objectivos do PRE

Moçambique iniciou a aplicação do Programa de Reabilitação Económica em 1987. As medidas de aplicação do ajustamento estrutural moçambicano não foram, no fundamental, diferentes da prática destes programas nos países africanos e latino-americanos³⁸. A contenção da procura interna (de bens, de serviços e de capital) através de políticas orçamentais e monetárias restritivas, por meio do controle do volume dos salários e com a elevação das taxas de juro, constituíram o centro do modelo da

³⁸ Para uma leitura sobre o modelo económico em que se baseiam os PAE's, veja por exemplo Tarp (1991) e Mosca (1993 e 1994).

maioria dos programas de ajustamento estrutural (PAE's). O estancamento da procura interna facilitaria as exportações e limitaria as importações cujo mecanismo era apoiado pela desvalorização da moeda local, por políticas de incentivo às exportações e, em muitos casos, por medidas administrativas de controle das importações (como por exemplo através do sistema de quotas de importação). Segundo o modelo, a liberalização dos mercados, interno e externo, e a privatização do sector público constituíam os pressupostos fundamentais para garantir a livre circulação, a afectação racional e a utilização eficiente dos recursos.

Com estas medidas (e com outras), os PAE's pretendiam, segundo as IBW, restabelecer os equilíbrios interno (do mercado) e externo (da balança de pagamentos), assim como das principais balanças macroeconómicas (fiscal e de acumulação, além da balança de pagamentos). Estas são consideradas como as condições necessárias para a criação de um clima de poupança e de investimento e para o restabelecimento de um ambiente político que permita o crescimento económico estável³⁹. A posição dos críticos é bastante diferente: Argumentam que os PAE's conduzem as economias a uma integração subordinada no quadro da divisão internacional do trabalho e facilita a penetração do capital nas economias em desenvolvimento (Adler, 1972; Feder, 1972, Bernstein, 1990). Wuyts (1989), afirma sobre este assunto: "As reformas económicas pretendem reestruturar os padrões de acumulação e de distribuição de uma economia e, consequentemente, tais reformas afectam a estrutura do modo de vida da populações. ... O conteúdo das reformas económicas têm invariavelmente importância na conformação do processo de desenvolvimento económico assim como no balanço das forças políticas".

Estas medidas e estes objectivos são comuns à maioria das experiências de aplicação dos PAE's. As diferenças mais importantes entre as várias experiências residem no ritmo de aplicação e na profundidade das mudanças introduzidas (os chamados programas "duros" ou "brandos")⁴⁰.

Existe um amplo debate sobre este modelo e sobre os seus resultados. Não existe consenso sobre o comportamento das economias com e sem ajustamento estrutural. Na generalidade, durante a década dos 80 e princípios dos 90, a crise destes países africanos e sul-americanos, com e sem PAE's, aprofundou-se. Os temas de debate e de controvérsia são muitos. Em resumo destacam-se de forma esquemática os seguintes:

- alguns autores afirmam que os PAE's são recessivos, pelo menos numa primeira fase, o que obriga a elevados custos sociais geralmente concentrados nas classes mais desprotegidas. Afirma-se que as políticas recessivas secundarizam o crescimento real da economia, pelo menos a curto prazo, e que beneficiam os equilíbrios nominais;
- outros autores argumentam que as economias em desenvolvimento possuem, em geral, muitas razões que dificultam o funcionamento dos mercados, internos e externos, de mercadorias e de capital. Por exemplo, afirma-se que os sistemas financeiros possuem distorções e não estão suficientemente estruturados e desenvolvidos para que o mercado monetário funcione principalmente em função das taxas de juro (que constituem uma dos principais pressupostos dos PAE's). Um raciocínio semelhante é utilizado para o debate sobre a liberalização dos mercados de bens e de serviços;
- defende-se que nas economias em desenvolvimento, grande parte dos agentes económicos são produtores de pequena escala e que as suas lógicas produtivas nem sempre consideram o mercado como o único e muitas vezes como o mais importante critério de decisão

³⁹ Sobre os objectivos dos PAE's, veja Streeten (1989).

⁴⁰ Não existem definições para os programas "duros" ou "brandos". Entende-se de forma geral que um programa é "duro" quando impõe ritmos elevados nas mudanças estruturais, quando os custos sociais são elevados e quando as medidas reflectem grandes diferenças nos níveis dos preços, das taxas de juro e de câmbio e nos restantes instrumentos utilizados para a aplicação do programa.

empresarial. Neste sentido, a utilização mecanicista dos instrumentos económicos para dirigir a economia pode dar resultados inesperados e muitas vezes contrários aos pretendidos;

- o papel do Estado, como sempre, é também um dos principais pontos de debate. Defende-se que o Estado deve possuir um papel no desenvolvimento. Em defesa desta tese, utilizam-se os argumentos da necessidade dos investimentos em infraestruturas, da importância dos equilíbrios territoriais e sectoriais no desenvolvimento e do papel da prestação de serviços públicos para garantir a unidade nacional na formação dos novos Estados-Nação⁴¹;
- no que respeita à agricultura, as IBW argumentam que a redução do protecçãoismo favorece a agricultura porque permite a aquisição de insumos mais baratos (os importados). Por outro lado, a desvalorização da moeda facilita as exportações e aumenta os rendimentos dos agricultores. Segundo Mosca (1993), e em referência ao caso moçambicano, estes efeitos positivos apenas se verificaram em relação às empresas que controlam os circuitos de comercialização interna e das exportações na medida em que as margens internas mantêm os preços desfavoráveis para os produtores primários. A redução dos preços dos insumos terminam por beneficiar fundamentalmente os produtores com sistemas de produção mais intensivos em capital que constituem, na maioria dos casos, uma pequena parte da estrutura agrária e contribuem em geral com uma percentagem baixa do valor da produção agrária.

b) O caso de Moçambique

Segundo vários observadores, Moçambique durante os primeiros anos do PRE, aplicou de forma “dura” o programa de ajustamento estrutural. O quadro seguinte demonstra a aplicação de algumas das medidas do PRE em Moçambique.

Quadro 8
Alguns instrumentos financeiros e económicos utilizados em Moçambique

	1986	1987	1988	1989	1990
Oferta monetária real, 1986=100	100	60,7	61,8	68,1	63,8
Crédito à economia real, 1986=100	100	81,6	76,8	73,8	65,0
Taxas de juro, depósito a 1 ano (%)	3	16	16	16	20
Taxa de câmbio (MT/US\$)	40,4	289,4	528,6	745,0	929,1
Salário mínimo real (Meticais)	3.000	1632	2105	2840	2758

Fonte: CNP, Informação Estatística, vários anos e World Bank (1990).

O facto de Moçambique partir de uma experiência anterior com objectivos socialistas, ser no momento um dos países mais pobres do mundo⁴² e possuir uma situação de guerra, fez com que existissem algumas especificidades pouco comuns que importa ressaltar. Destacam-se as seguintes: Primeiro, o capital moçambicano não possuía capacidade de investimento devido às baixas possibilidades de acumulação durante o período 1975-1986. Esta limitada capacidade de investimento

⁴¹ Sobre este último aspecto veja o trabalho de Bangura (1992).

⁴² Moçambique em 1987, segundo o Banco Mundial (1989), possuía um PIB per capita de 170 US\$, situando-se na nona posição dos países mais pobres do mundo. No anos seguintes, com o efeito da desvalorização, o PIB per capita atingiu cerca dos 90 US\$.

e a pequena experiência empresarial, retardaram a privatização das empresas públicas e dificultaram a recuperação económica que se limitou a alguns sectores económicos. Por outro lado, a entrada do capital externo era dificultada por um quadro jurídico pouco desenvolvido, pela situação de crise económica prevalecente, pelos riscos da guerra e por pressões dos grupos sociais capitalistas emergentes que reclamavam por um maior protecção ao capital nacional.

O capital interno e as elites no poder estabeleceram deste modo novas alianças: os primeiros possuíam o capital e a gestão e necessitavam do protecção estatal; os segundos possuíam o acesso à informação privilegiada, influenciavam as decisões e podiam actuar com procedimentos de favor. Esta aliança é concretizada através da formação de sociedades para a aquisição das empresas a privatizar e para a realização de negócios.

Segundo, o Programa de Reabilitação Económica facilitou a abertura política e a entrada de grandes quantidades de ajuda (principalmente da ajuda alimentar), que pretendiam reduzir a situação de crise alimentar e, deste modo, aumentar a legitimidade do governo para a aplicação do ajustamento estrutural. Por exemplo, cerca de 70% da oferta no mercado interno de grãos durante o período 1987-89 era proveniente da ajuda alimentar (Ministério do Comércio, Departamento de Segurança Alimentar, em Mosca, 1993). Grande parte dos bens de equipamento para o sector privado eram doados por organismos internacionais, principalmente pela agência americana USAID e pelas Organizações Não-Governamentais. Estabeleceu-se assim uma aliança entre as IBW e as organizações internacionais. Enquanto que o Fundo Monetário Internacional financiava a dívida pública, cobria o défice externo e influenciava os países e os bancos internacionais no sentido de facilitar a ajuda e a concessão de novos créditos, o Banco Mundial financiava alguns projectos de desenvolvimento, principalmente nos sectores de exportação⁴³. As organizações internacionais surgem, na maioria dos casos como executoras destes projectos. Deste modo as alianças IBW + Organizações internacionais e Governo + capital local constituíam o eixo fundamental da aplicação do PRE⁴⁴.

A maioria dos produtos alimentares provenientes da ajuda eram vendidos a preços baixos ou doados às populações que viviam em situação de deslocados de guerra. A componente de moeda local originada pela venda destes produtos foi utilizada pelo Estado para cobrir os défices orçamentais e para financiar investimentos públicos (Mosca, 1993). Estes aspectos, juntamente com os já existentes, dificultaram a recuperação da produção de grãos que constituem a base alimentar da maioria da população. Por outro lado, a ajuda reforçou o papel do Estado não só pelas relações externas associadas à cooperação e à ajuda como porque as instituições públicas desempenhavam um papel relevante na distribuição alimentar. A iniciativa privada apoiava-se no Estado não só para obter um maior acesso aos recursos da cooperação que eram veiculados através das instituições públicas como para executar as operações de comércio externo e de distribuição interna. Este é um dos dilemas dos PAE's: simultaneamente que procuram reduzir o papel do Estado na economia, estes mecanismo reforçam o protagonismo das instituições públicas⁴⁵.

⁴³ Sobre a divisão de funções entre o FMI e o Banco Mundial ao longo das últimas décadas, veja por exemplo, Crook (1991).

⁴⁴ Baker (1989) e Bernstein (1990), referem a necessidade de uma tripla aliança na aplicação dos PAE's, formada pelas IBW, pelo capital, interno e externo, e pelos governos locais.

⁴⁵ Sobre os dilemas e as complementaridades entre a ajuda alimentar e o ajustamento estrutural, veja por exemplo, Shaw e Singer (1988), Mellor (1988), Stewart (1988) e Jennings (1988). Sobre Moçambique, Mosca (1993) conclui da seguinte forma: "Nada indica que o equilíbrio entre ajustamento e ajuda alimentar e entre ajuda e emergência se tenham encontrado de forma a contribuírem para a saída da crise. A análise revelou que a má gestão da ajuda conduz a uma maior dependência, reduz a utilização dos recursos locais, distorciona os mercados e as instituições, facilita a corrupção e alimenta a economia paralela".

Terceiro, a situação de guerra generalizada dificultava o funcionamento do mercado, a circulação dos recursos e a reactivação dos sectores produtivos, principalmente no meio rural. O peso dos gastos com a defesa não podiam baixar devido ao agravamento da guerra e mantiveram-se em cerca dos 40% do orçamento de despesas correntes (CNP, 1990). Os investimentos privados mantiveram-se baixos, como consequência dos riscos da guerra, devido às taxas de juro elevadas (superiores a 40% por influência da inflação que não baixava) e pelo efeito dos cortes quantitativos na oferta monetária. A guerra não permitia que a população deslocada regressasse aos seus locais de residência e de trabalho o que dificultava a reactivação da produção de pequena escala em grande parte do território.

No entanto, o PRE, através dos recursos externos (financiamento da dívida pública, novas linhas de crédito e projectos de desenvolvimento), da ajuda alimentar e da libertação da iniciativa privada e dos camponeses, permitiu a inversão da tendência do crescimento negativo da economia. A ajuda alimentar aliviou a fome a milhares de moçambicanos. O poder recuperou alguma legitimidade, condição importante para a aplicação do programa. Do lado negativo, os custos sociais foram elevados e concentrados nos grupos sociais mais pobres: os salários reais baixaram, o emprego e o auto-emprego não aumentaram e os serviços de saúde e da educação começaram a ser pagos, mesmo que de uma forma simbólica. A dependência externa aumentou (Mosca 1993). Os desequilíbrios macroeconómicos não se reduziram e em alguns casos aprofundaram-se (Mosca, 1993). No que respeita à agricultura, destacam-se os seguintes aspectos mais importantes:

- as grandes empresas produtoras de produtos de exportação, públicas e privadas, beneficiaram-se de um conjunto de medidas: da desvalorização da moeda, da gestão de parte das divisas geradas pela respectiva actividade e por uma maior autonomia de gestão. As grandes empresas públicas cuja produção se destinava fundamentalmente ao mercado interno continuaram em crise. Algumas delas foram parceladas e as terras foram distribuídas a antigos agricultores e/ou aos dirigentes e técnicos da empresa;
- as pequenas e médias empresas que produziam principalmente produtos frescos em redor dos centros urbanos foram beneficiadas. A ajuda da USAID e de outras organizações internacionais com equipamentos e insumos destinados ao sector privado facilitaram a reactivação da produção. A liberalização dos produtos fez aumentar os preços a curto prazo. O acesso ao crédito por parte dos agricultores privados aumentou⁴⁶. Não obstante, a saturação dos mercados foi rapidamente atingido devido, por um lado ao baixo poder aquisitivo e à redução do salário real e por outro lado, devido à importação de produtos sucedâneos a preços mais baixos;
- as cooperativas deixaram de beneficiar do pequeno apoio que recebiam do Estado;
- a maioria dos camponeses continuaram sem possibilidades de retomar a sua actividade devido à guerra. Os preços dos produtos básicos evoluíam negativamente para os produtores. Não obstante, com o PRE e sobretudo com a participação de projectos financiados por ONG's, iniciaram-se algumas acções de apoio a este sector em determinadas zonas do país. A rede de extensão rural foi reforçada através dos recursos destes projectos. Em alguns regadios distribuíram-se terras aos camponeses que viviam nas aldeias circundantes ao perímetro irrigado.

Em resumo e no que respeita à agricultura pode-se afirmar que o PRE foi globalmente positivo em relação ao período de crise anterior. As grandes empresas produtoras de culturas de

⁴⁶ Em 1985, o sector privado agrícola apenas obteve 3,5% do total do crédito concedido ao sector agrícola. As empresas públicas concentravam 95,7% deste crédito. Em 1990 estas percentagens eram de 51% e 47,1% respectivamente.

exportação, públicas e privadas, foram as mais beneficiados. Os pequenos e médios produtores de culturas cuja consumo se realiza fundamentalmente no mercado interno também foram beneficiados através das ajudas externas e devido à distribuição de terras de algumas empresas públicas. Os camponeses continuaram a ser os menos beneficiados. O sistema de preços e a estrutura produtiva e dos mercados continuava a facilitar a extracção dos recursos do sector “tradicional”, aspecto que continuou sendo uma das características fundamentais do modelo. A produção de algumas culturas aumentou.

5. RESUMO

A actual estrutura agrária moçambicana, nas suas várias vertentes, foi configurada com o processo de colonização. Os diferentes sistemas e regimes políticos e os modelos económicos aplicados, antes e depois da independência, tinham em relação à agricultura os mesmos objectivos fundamentais, que são os seguintes:

- a extracção de recursos do “sector tradicional” para o “sector moderno”, ou seja do campesinato e dos pequenos produtores para as grandes empresas, e da agricultura para o conjunto da economia. Os meios utilizados foram geralmente os mesmos: preços reais crescentemente desfavoráveis para os produtores primários, apoios discriminatórios para o “sector moderno” e políticas económicas que favoreciam as médias e as grandes empresas;
- a priorização das exportações sobre as produções consumidas fundamentalmente no mercado interno é igualmente uma constante nas políticas económicas e agrárias praticadas. Ressalta-se que os produtos de exportação eram (e são) produzidos principalmente pelas grandes plantações, públicas e privadas;
- as políticas económicas sempre favoreceram as cidades. Os cidadãos possuíram (e possuem) um maior acesso aos serviços públicos e o abastecimento das cidades foi sempre priorizado. Os salários eram (e são) em média superiores nos sectores de serviços e na indústria.

As grandes mudanças nas políticas macroeconómicas depois da independência não introduziram transformações estruturais fundamentais na agricultura. A estrutura de ocupação da terra manteve-se semelhante. A estrutura dos mercados persistiu. Os níveis tecnológicos mantiveram-se com poucas alterações. As principais transformações verificaram-se na mudança da propriedade do “sector moderno”: as empresas foram formadas a partir da ocupação das terras pelos colonos, posteriormente transformaram-se em propriedade estatal e, a partir dos princípios dos 90, está em curso um processo de privatização.

As mudanças de sistemas e de regimes políticos foram realizadas através de períodos de transição muito conflituosos, seja política como social e militarmente. A guerra e a violência estiveram presentes tanto nas fases iniciais da penetração colonial e consequente configuração da estrutura agrária moçambicana, como no período pós-independência e no período de aplicação do ajustamento estrutural. Este facto implicou a ruptura dos tecidos económicos e sociais existentes em cada fase e produziu períodos mais ou menos longos de crise. Os mecanismos de reprodução económica e social foram geralmente alterados por factores económicos e não económicos, e os sistemas e mecanismos de reprodução implantados em cada período de transição não foram capazes de substituir os pré-

existentes. Isto é, o colonialismo não alterou totalmente as formas de organização social e económica “tradicionais”, a experiência socialista não transformou a estrutura e os mecanismos existentes no momento da independência e o ajustamento estrutural ainda não transformou os elementos caracterizadores de cada um dos sistemas precedentes. Estes factos fazem com que a estrutura agrária e a estrutura social do meio rural sejam muito heterogéneas e complexas.

Das experiências de aplicação de diferentes modelos em países com características semelhantes às de Moçambique parecem indicar algumas reflexões que se sintetizam em três pontos:

Primeiro, a agricultura e os pequenos produtores são nestes países elementos fundamentais para o desenvolvimento económico. A questão agrária passa em grande medida pela definição e por diferentes políticas de transformação e de integração das formas de produção de pequena escala no mercado e no estabelecimento do papel destes sectores no desenvolvimento. As experiências que procuraram integrá-los de forma subordinada no mercado e extrair o máximo de recursos em favor dos sectores “modernos” da economia, não obtiveram resultados positivos estáveis de longo prazo.

Segundo, as realidades destas sociedades possuem elementos que deveriam ser analisadas com ópticas e segundo metodologias próprias. As permanências de formas de organização e de lógicas de reprodução das sociedades “tradicionais” implicam que, muitas vezes, os comportamentos e as reacções dos agentes económicos às políticas económicas não coincidem com as possivelmente verificáveis em sociedades com economias mais avançadas. Acrescenta-se que as carências de infraestruturas, as estruturas geralmente monopolistas e oligopolistas dos mercados, a deficiente estruturação dos serviços, os níveis de analfabetismo entre muitos outros aspectos, contribuem para que se verifiquem comportamentos aparentemente “atípicos” destas economias. Neste contexto e sem ser menos importante, inclui-se que a burocracia destes Estados necessitam encontrar equilíbrios e compatibilidades com as formas de organização da sociedade tradicional e da sociedade civil no contexto dos processos de formação das nações.

Terceiro, os modelos de cooperação e as formas de integração destas economias no mercado mundial e nas lógicas do capital à escala internacional experimentadas, demonstraram, na maioria dos casos, que estas economias não são beneficiadas. Os programas cooperação, e a ajuda introduzem efeitos, positivos e negativos, cujos balanços são duvidosamente favoráveis para os países receptores.

BIBLIOGRAFIA

- ADLER, J.H. (1972):** “The World Bank’s Concept of Development - An In-House Dogmengeschichte”. *Development and Planning*, edited by Jagdish Bhagwati and Richard S. Eckaus. London: Geirge Allen & Unwin Ltd, pp.30-50.
- ANÓNIMO (1905):** *Monografia da Companhia de Moçambique*. Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo.
- AMNESTY INTERNATIONAL (1989):** *Mozambique. The Human Rigths Record 1975-1989.Recent measures*. Londres. Policopiado.
- BAKER, Jonathan (1989):** “The Political and Social Context of Structural Adjustment in Sub-Saharan Africa”. *Nytt Fran Nordiska Afrikinstitutet*, nr24, Uppsala, pp.22-34.
- BANCO MUNDIAL (vários anos):** *Informe Sobre el Desarrollo Mundial*. Washington, Banco Mundial.
- BANGURA, Yussuf (1992):** “Authoritarian Rule and Democracy in Africa- A Theoretical Discourse” *Authoritarianism, Democracy and Adjustment - The Politics of Economic Reform in Africa*. Edited by Peter Gibbon, Yussuf Bangura and Arve Ofstad. Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies.
- BERNSTEIN, Henry (1990):** “Agricultural ‘Modernization’and the era of Structural Adjustment: Observations on Sub-Saharan African”. *The Journal of Peasant Studies*. vol.18, Nº1, pp.3-35.
- BERTHELEMY, Jean-Claude e MORRISSON, Christian (1989):** “Crise agricoleet pénurie de divises en Afrique”. *Revue Française d’Économie*, Vol. IV, nº3, pp.3-30.
- BROCHMAN, Grete e OFSTAD, Arve (1990):** *MOÇAMBIQUE: A Ajuda Norueguesa num Contexto de Crise. Estudo do País e Exame da Ajuda Norueguesa*. Chr. Michelsen Institute. Department of Social Science and Development.Fantoft, Noruega.
- CAPELA, José (1977):** *O Imposto de Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista nas Colónias Afrontamento*. Porto.
- CAPELA, José (1979):** *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura, 1810-1842*. Afrontamento. Porto
- CEA (1979a):** *O descaroçamento do algodão na Provincia de Nampula*. Centro de Estudos Africanos. Maputo.
- CEA (1979b):** *O Capital Mercantil em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos. Maputo.
- CEA (1980a):** *Os mineiros moçambicanos na África do Sul*. Centro de Estudos Africanos. Maputo.
- CEA (1980b):** “Subdesenvolvimento e Trabalho Migratório”. *Estudos Moçambicanos, nº1*, Centro de Estudos Africanos. Maputo.
- CEA (1985):** *A estrutura económica no fim do período colonial*. Centro de Estudo Africanos. Maputo.

- COLE, G.D.H. (1974):** “El papel del dinero en una economía planificada”. *Capitalismo, Socialismo de Mercado y Planificación Central*. Editorial Ariel. Barcelona.
- COMISSÃO NACIONAL DO PLANO (vários anos):** *Informação Estatística*. Comissão Nacional do Plano. Maputo.
- COMISSÃO NACIONAL DO PLANO (vários anos):** *Anuário Estatístico*. Comissão Nacional do Plano. Maputo.
- DIRECÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE ESTATISTICA (1973):** *Estatísticas Industriais, 1973*. Lourenço Marques.
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE PLANEAMENTO E INTEGRAÇÃO ECONÓMICA (1973):** *IV Plano de Fomento*. Lisboa.
- DOBB, Maurice (1975):** *Capitalismo, crecimiento económico e subdesarrollo*. Oikos-Tau ediciones. Barcelona.
- FEDDER, Ernest (1972):** “The New World Bank Programme for de Self-Liquidation of the Third World Peasantry”. *The Journal of the Peasant Studies*, Vol.3, nº3, pp.343-354.
- FITZGERALD, E.V.K. (1988):** “Notes and Analysis of the small Underdeveloped Economy in Transition”. *Transition and Development. Problems of third World*. Edited by Richard R. Fagen, Carmen Diana deere and José Luis Coraggio. Monthly Review Press, pp. 343-354.
- FRELIMO (1977):** *Directivas Económicas e Sociais do III Congresso*. FRELIMO. Maputo.
- FRELIMO (1987):** *Directivas Económicas e Sociais do III Congresso*. FRELIMO. Maputo.
- GREEN, Reginald herbold (1991):** *A Luta Contra a Pobreza Absoluta em Moçambique*. Direcção Nacional de Planificação. Maputo.
- HEAD, Judith (1980):** *A Sena Sugra Estates e o Trabalho Migratório*. Centro de Estudos Africanos, Maputo.
- HERMELE, Kenneth (1990):** *Mozambique Crossroads. Economics and Politics in the Era of Structural Adjustment*. Chr. Michelsen Institute. Department of social Science and Development. Norway. Fantfot.
- ISAACMAN, Allen S. (1979):** *A tradição de resistência em Moçambique. O vale do Zambeze, 1852-1927*. Afrontamento. Porto.
- JENNINGS, Anthony (1988):** “Measuring the impact of food aid”. *Food Policy*, volume 13, number 1, pp.67-72.
- KALECKI, M. (1976):** *Essays on Developing Countries*. The Harvester Press. London.
- KORNAI, Janos (1981):** “Some Properties of the Eastern European Growth Pattern”. *World Development*, vol.9, nº9/10, pp. 965-970.
- LANGE, Oscar (1970):** *Ensayos Sobre Planificación Económica*. Ariel. Barcelona.

- LOPES, Manuel dos Santos (1968):** *Colonato do Limpopo*. Tese de doutoramento. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.
- MACKINTOSH, Maureen and WUYTS, Marc (1988):** “Accumulation, social services and socialist transition in the Third World: Reflections on decentralised planning based on the Mozambique experience”. *Markets Within Planning. Socialist Economic Planning in the Third World*. Fank Cass. London.
- MISSÃO DE INQUÉRITO AGRÍCOLA (1970):** *Estatísticas Agrícolas, 1970*. Lourenço Marques.
- MELLOR, John W. (1988):** “Food policy, food aid and structural adjustment programmes: the context of agricultural development”. *Food Policy*, volume 13, number 1, pp.10-17.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1982):** *Contribuição para o programa da cooperativização do campo*. Ministério da Agricultura. Maputo.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (vários anos):** *Planos anuais de produção do sector agrário*. Ministério da Agricultura. Maputo.
- MOSCA, João (1988):** *Contribuição para o estudo do sector agrário do Chókwè*. Ministério da Agricultura. Moçambique.
- MOSCA, João (1989):** *Estrutura Agrária de Moçambique*. Ministério da Agricultura. Maputo.
- MOSCA, João (1993):** *Los Efectos de los Programas de Ajuste Estructural: El caso de la economía y de la sociedad rural de Mozambique*. Tese de doutoramento. Universidade de Córdoba, Espanha. Córdoba.
- MOSCA, João (1994):** “Programas de Ajuste Estructural: algunos aspectos teóricos y los principales temas de debate”. *Revista de Fomento Social*. ETEA, Córdoba.
- MOZ/86/007 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1987):** *Os Preços na Agricultura Moçambicana*. Ministério da Agricultura. Maputo.
- NATIONAL PLANNING COMMISSION (1985):** *Mozambique Economic Report*. CNP, Maputo.
- SECRETARIA PROVINCIAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA (1973):** *A Economia de Moçambique em Números*. Secretaria Provincial do Comércio e Indústria. Lourenço Marques.
- SERRA, Carlos (1978):** *Os Prazos da Coroa em Moçambique: Contribuição para o estudo dos modos de produção coloniais*. Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo.
- SERRA, Carlos (1980):** “O Capitalismo Colonial em Moçambique”. *Estudos Moçambicanos*, nº1. Centro de Estudos Africanos. Maputo.
- SHAW, John e SINGER, Hans (1988):** “Introduction: food policy, food aid and economic adjustment”. ” *Food Policy*, volume 13, number 1, pp.2-9.
- SORENSEN, Georg (1991):** *Democracy, Human Rights and Economic Development. A Macro-Micro Perspective*. Institute of Political Science. Aarhus. Denmark.

- STEWART, Frances (1988):** "Adjustment with a human face: the role of food aid". *Food Policy*, volume 13, number 1, pp.18-26.
- STREETEN, Paul (1989):** "A Survey of the Issues & Options". *Structural Adjustment & Agriculture - Theory and Practice in Africa and Latin America*. Edited by Simon Commander. Overseas Development Institute. London.
- TARP, Finn (1991):** *Stabilization and Structural Adjustment - Macroeconomics Frameworks for analyzing the Crisis in Sub-saharan Africa*. Institute of Economics. Copenhagen. Denmark.
- TRIGO DE MORAIS, António (1960):** *Irrigação e Colonização do Limpopo. Apontamento*. Conselho Superior de Fomento Ultramarino. Lisboa.
- UNICEF(1988):** *Children on the Front Line*. New York. UNICEF.
- UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (1988):** *História de Moçambique*. Departamento de História. Maputo.
- WORLD BANK (1989):** *Mozambique Food Security Study*. Banco Mundial. Washington.
- WUYTS, Marc (1980):** *Economia política do colonialismo em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos. Maputo.
- WUYTS, Marc (1981):** *Camponeses e Economia em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos. Maputo.
- WUYTS, Marc (1989):** *Economic Crisis and Third World Countries: Impact and Responses*. Conferência de United Nations Research Institute for Social Development. Jamaica: Kingstone.